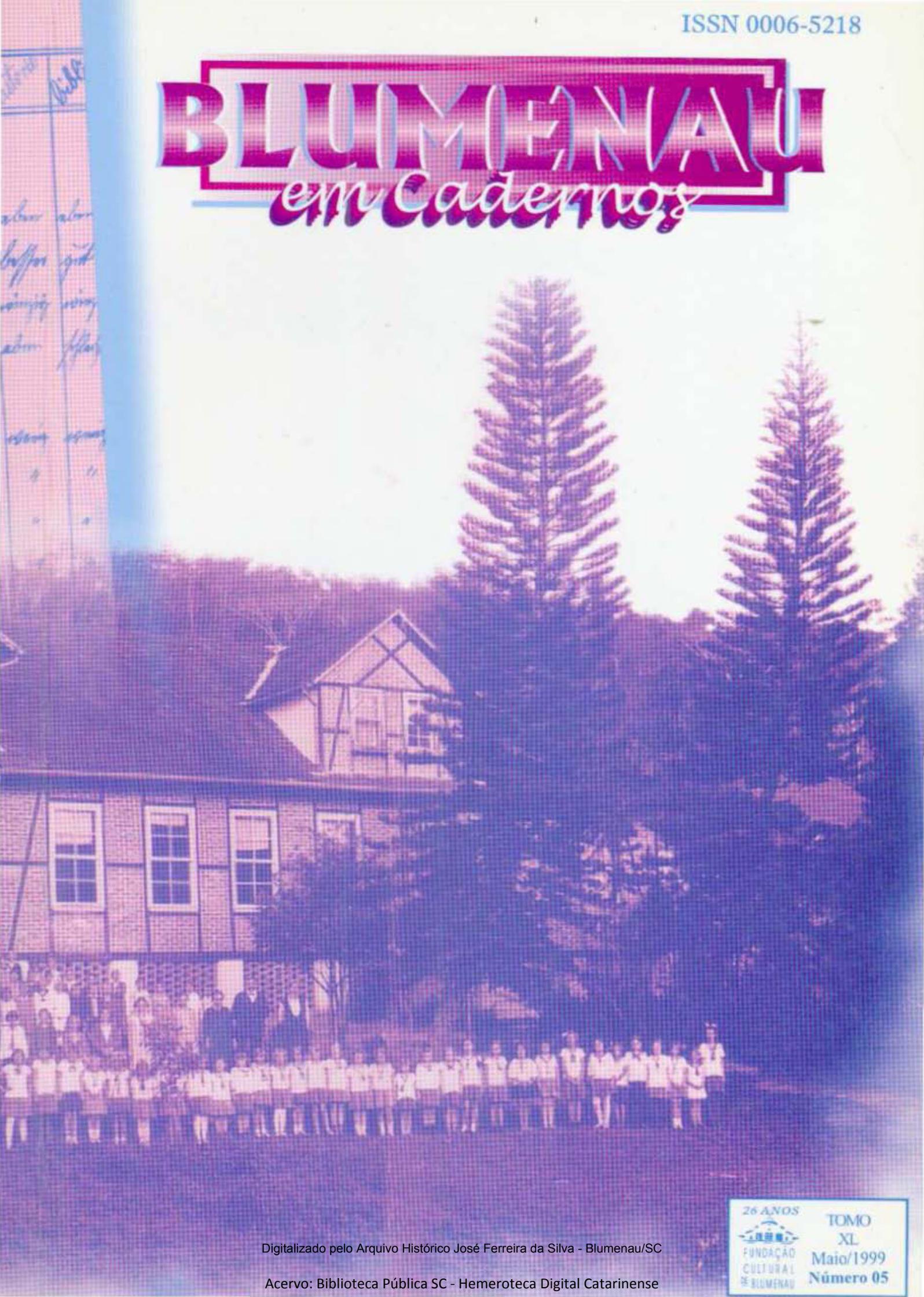


BLUMENAU

em Cadernos



Handwritten text from a document, possibly a ledger or notebook, visible on the left edge of the page. The text is partially obscured and difficult to read, but appears to be organized in columns and rows.

26 ANOS
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
TOMO XL
Maio/1999
Número 05

ISSN 0006-5218

BLUMENAU

em Cadernos

Fundação Cultural de Blumenau

Presidente

Braulio Maria Schloegel

Diretoria Administrativo-Financeira

Maria Teresinha Heimann

Diretoria Histórico-Museológica

Sueli Maria Vanzuita Petry



Revista “BLUMENAU EM CADERNOS”,
fundada em 1957 por José Ferreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca Pública “Dr. Fritz Müller”

Blumenau em Cadernos. (Fundação Cultural de
Blumenau) Blumenau, SC, 1 (11) 1957 -
il.
Mensal

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”



**Prêmio Alm. Lucas Alexandre Boiteux,
na Área de História – edição 1998, concedido
pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**

COPYRIGHT © 1999 by Fundação Cultural de Blumenau

REVISTA "BLUMENAU EM CADERNOS"

ENDEREÇO

Alameda Duque de Caxias, 64 - Caixa Postal: 425

CEP.: 89015-010 - Blumenau - SC

Fone/fax: (047) 326-6990

E-mail: *funculbl@zaz.com.br*

CAPA

Projeto Gráfico: Silvio Roberto de Braga

Acervo: Arquivo Histórico "José Ferreira da Silva"

Piquenique realizado num dos recantos
aprazíveis de Blumenau.

DIREÇÃO

Sueli M. V. Petry

CONSELHO EDITORIAL

Alda Niemeyer, Cristina Ferreira, Niels Deeke,

Sálvio Alexandre Müller, Tadeu C. Mikowski

DIGITAÇÃO

Ellen Annuseck

DIAGRAMAÇÃO/EDITORAÇÃO

Cristina Ferreira

PRODUÇÃO GRÁFICA

Nova Letra Editoração e Impressão Ltda.

Av. Brasil, 742 - Ponta Aguda - Fone/Fax (047) 326-0600

Cep 89050-000 - Blumenau - SC

EDIÇÃO

Editora Cultura em Movimento

Dirceu Bombonatti (Diretor Executivo)

SUMÁRIO

As poesias de Schiller na bagagem das mulheres imigrantes <i>Maria Luiza Renaux</i>	07
Os emblemas dos municípios de Ibirama, Penha e Presidente Getúlio <i>Edison Mueller</i>	12
A “descoberta” do Spitzkopf <i>José Deeke</i>	20
Relatório da Colônia Blumenau sobre o ano de 1874 <i>Dr. Hermann Blumenau</i>	34
Blumenau e seus festivais; Blumenau e suas fábricas	39
O barranco do Itajaí Açú <i>Siegfried Carlos Wahle</i>	43
Modernidades <i>Urda Alice Klueger</i>	45

Concurso de robustez infantil: um olhar sobre a política eugenista em Blumenau <i>Viegas Fernandes da Costa</i>	47
Restauro da residência do Dr. Victor Konder <i>Braulio Maria Schloegel</i>	55
Verbetes catarinas <i>Theobaldo Costa Jamundá</i>	58
A “novembrada” – Presença de Cascudo <i>Enéas Athanázio</i>	62

**As poesias de
Schiller na
bagagem da
mulher
imigrante**

Texto:

**MARIA LUIZA
RENAUX***



A mulher é tema que de tempos para cá, todos sabemos, desperta grandes interesses como foco de pesquisa. Seja pelo combate das feministas em lhe abrir todas as frentes no que se chama de vida pública (para além do lar), seja porque, teoricamente, o enfoque da História é o cotidiano, a vida privada onde, por excelência, ela, a mulher, é “dona da casa”.

Neste último sentido, há o estudo sobre o Papel da Mulher no Vale do Itajaí de 1850 a 1950¹, em que a análise da literatura que a mulher imigrante trouxe em sua bagagem ao transferir-se do Velho Mundo para o Novo revela que, as poesias por exemplo, que ela recitava em seu lar, já ouvidas desde o berço ou depois na escola, em língua alemã, como prolongamento da cultura da pátria, contribuíam para lhe mostrar o papel que deveria orientar sua vida.

Como exemplo temos trechos da poesia de Schiller que destaca o senso realista das mulheres e que deve ter contribuído no vale do Itajaí para que ela fosse “fator de estabilidade na colonização”, tal como conclui análise sobre o EU FEMININO².

* Doutora em História - USP e professora de História Antiga na Universidade Regional de Blumenau.

¹ RENAUX, Maria Luiza. *“O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850 – 1950”*. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

² *Ibid.*

Würde der Frauen

1795

Ewig aus der Wahrheit Schranken
Schweift des Mannes wilde Kraft;
Unstet treiben die Gedanken
Auf dem Meer der Leidenschaft.
Gierig greift er in die Ferne,
Nimmer wird sein Herz gestillt;
Rastlos durch entlegne Sterne
Jagt er seines Traumes Bild.

Aber mit zauberisch fesselndem Blicke
Winken die Frauen den Flüchtig zurücke,
Warnend zurück in der Gegenwart Spur.
In der Mutter bescheidener Hütte
Sind sie geblieben mit schamhafter sitte,
Treue Töchter der frommen Natur.³

³ SCHILLERS WERKE. Arthur Kutscher. Deutsches Verlag Bong & Co. Leipzig. 1907. Vol. 1-2, p. 89, versos 5 a 20. in: RENAUX, Maria Luiza. **O outro...** op. cit. p. 119.

Dignidade das Mulheres

(Tradução: Marcos Renaux)

Além da razão vagueia
Do homem o feroz vigor;
Pensamento devaneia
Volúvel no mar do amor.
Ávido pelo distante,
Nunca o coração sacia;
Pelos astros, incessante
Busca sua fantasia.

Mas com olhar de encanto cativante
As mulheres induzem o retirante
A voltar ao presente e ver o chão.
No abrigo materno decente
Aguardam em costume pudente
Filhas fiéis de natural devoção.

Outro trecho, da mesma forma mostra bem claramente as fronteiras que deviam delimitar os papéis do homem – na linha de frente das batalhas da vida -, e da mulher – no resguardo do lar, administradora por excelência e reprodutora dos bens amealhados e da cultura repassada na educação dos filhos -, seja na Alemanha; seja no Brasil, por extensão cultural:

Das Lied von der Glocke

(1799)

Der Man muss hinaus
Ins feindliche Leben.
Muss wirken und streben,
Erliften, erraffen,
Muss wetten und wagen,
Das Glück zu erjagen.
Da strömet herbei die unendliche Gabe,
Es füllt sich der Speicher mit köstlicher Habe,
Die Räume wachsen, es dehnt sich das Haus,
Und drinnen waltet
Die züchtige Hausfrau,
Die Mutter der Kinder,
Und herrschet weise
Im häuslichen Kreise
Und lehret die Maedchen
Und wehret den Knaben,
Und reget ohn' Ende
Die fleissigen Hände,
Und mehrt den Gewinn
Mit ordnenden Sinn,
Und füllet mit Schätzen die duftenden Laden
Und dreht um die schurrende Spindel den Faden,
Und sammelt im reinlich geglätteten Schrein
Die schimmernde Wolle, den schneeigten Lein,
Und füget zum Guten den Glanz und den Schimmer
Und ruhet nimmer.⁴

⁴ SCHILLERS WERKE. Arthur Kutscher. Deutsches Verlag Bong & Co. Leipzig. 1907. Vol. 1-2, p. 192-193, versos 105 a 130. in: RENAUX, Maria Luiza. **O outro...** op. cit. p. 132-133.

A Canção do Sino

(Tradução: Marcos Renaux)

O homem tem de partir
Para uma vida adversa
Tem de agir e ter força
E plantar e criar,
Ser astuto, alcançar,
Tem de apostar e ousar
E a sorte conquistar.
E jorra-lhe então a dádiva infindável.
O silo se enche de bem deleitável,
O espaço a crescer, a casa a expandir
Em seu interior reina
Casta, a dona da casa
A mulher mãe dos filhos,
Sábia, a dominar o círculo do lar
E doutrina as meninas
E protege os meninos,
E agita sem parada
A mão tão aplicada,
Multiplica o proveito
Com senso de direito
E guarda tesouros de todo uso
E enrola o fio no ressonante fuso
E tem no asseado e brilhante escrínio
A lã cintilante, o mais alvo linho,
E conduz ao bem, ao brilho e à bonança
E jamais descansa.

**Os emblemas
dos municípios
de Ibirama,
Penha e
Presidente
Getúlio**

Texto:

**EDISON
MUELLER***



A *Arte Heráldica* procura o deleite da vista e, por isso, vai buscar às fontes do prazer visual seus principais elementos: luz, forma e cor.¹ É óbvio que esse movimento em busca de síntese de beleza não pode ocorrer por acaso, por meio de impulso ou de simples caprichos. É obra humana e, portanto, produzida por um esforço de inteligência que, no decorrer dos séculos, extraiu da experiência acumulada os princípios fundamentais reguladores da complexa arrumação de signos contidos dentro de espaços exíguos – como o *escudo de armas*.

A composição, a representação e a descrição dos brasões ficaram progressivamente sujeitas, no decorrer dos séculos, a regras tradicionais, de caráter mundial, que disciplinam bem a forma e as proporções do escudo, a importância, a posição e a localização, sobre o escudo, das figuras (as “peças heráldicas”), além do emprego dos esmaltes, que têm quantidade muito reduzida.² Também há leis heráldicas que regulamentam, por exemplo, as formas e o uso dos *ornamentos externos* do escudo.

Nasceram assim uma ciência, uma técnica e uma arte, elaboradas em séculos de aplicados esforços humanos, exatamente com o fim de estudar, descrever de modo correto, garantir a posse exclusiva, disciplinar o uso e desenhar e pintar, além de reproduzir sobre matérias diferentes, *brasões e bandeiras*, tudo de acordo com determinados princípios, regras e artes.

* Heraldista e sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

¹ MUELLER, Edison. “Breve introdução à Heráldica Cívica Catarinense”; in revista “Blumenau em Cadernos”, Blumenau, ed. março de 1997, p. 23 - 29.

² MUELLER, Edison. “Emblemas de quatro municípios catarinenses”; in revista “Blumenau em Cadernos”, ed. agosto de 1997, p. 18 - 24.



Emblema de Penha



Emblema de Ibirama

Subsiste ainda no Brasil, porém, infelizmente, paradoxo aborrecido e constrangedor: há a mais completa anarquia na composição e na descrição técnica dos símbolos oficiais, o brasão e a bandeira, dos nossos estados e municípios, causada exatamente pelo geral desconhecimento da existência, há séculos, de uma ciência, de uma arte e de uma técnica destinadas especificamente a estudar, fazer a composição, pintar e descrever de maneira correta brasões e bandeiras – a *Heráldica*. Essa deplorável situação se reflete bem nos emblemas oficiais, equivocadamente considerados “brasões”, de municípios tanto de Santa Catarina como de outros estados, que exibem falhas graves conjugadas a erros pueris e constrangedores. Por quê? A resposta é muito simples: porque foram projetados, infelizmente, ora por cidadãos do próprio município, bem-intencionados mas dotados de pouco ou nenhum conhecimento heráldico, outras vezes por finórios provedores de brasão. Além disso e com frequência, os emblemas municipais são escolhidos por meio de concursos públicos, julgados quase sempre por pessoas inidôneas, isto é, pouco conhecedoras da Arte Heráldica e inaptas, por conseguinte, a realizar correto julgamento dos projetos apresentados à seleção. Conjugados ou em separado, os dois fatores são a causa da existência de quantidade tão enorme de emblemas que, apesar de exibirem evidentes violações dos mais elementares princípios técnicos e estéticos da Arte Heráldica, foram instituídos como símbolos oficiais de numerosos municípios

catarinenses.

Reunimos aqui, para conhecimento público e também para a orientação dos poderes executivo e legislativo em geral de nosso estado, breves comentários a respeito dos principais erros e falhas observáveis em três desses emblemas municipais.

IBIRAMA

Ato de instituição: Lei municipal n.º 517, sancionada em 16 de novembro de 1967 pelo Prefeito Carlos Pabst.

Autoria: Carlos Pabst e outras pessoas, não identificadas; e desenho do escultor Fritz Alt.

Descrição: “O escudo está dividido em quatro campos, encimado pela coroa da cidade, tendo ao pé do mesmo os seguintes dizeres: *Amor à gleba e trabalho vence*. Os campos têm a seguinte significação: a) escudo nacional; b) escudo da Sociedade Colonizadora Hanseática, com a águia do Império alemão; c) elementos humanos: um homem da raça branca e um indígena; d) mapa do território da Sociedade Colonizadora Hanseática com um pinheiro e um palmito, que dominam uma área de culturas”.

Comentário

A leitura dessa descrição oficial revela imediatamente que seu redator cometeu numerosas e censuráveis falhas. Em primeiro lugar, omitiu completamente a indicação dos *esmaltes* do emblema. Por causa disso, toda reprodução a cores dele fica sujeita obviamente a interpretações pessoais e subjetivas, de acordo com o gosto ou o grau de conhecimentos artísticos de cada um; e, por conseguinte, com resultados imprevisíveis e incontroláveis. Percebe-se logo também que a *descrição oficial* não segue a seqüência lógica de brasonamento; e, além disso, que ela está, obviamente, incompleta. Por exemplo, começa indicando a *partição*, e em termos incorretos, do escudo (“em quatro campos”); e, em seguida, passa diretamente a mencionar dois *ornamentos externos* dele – a “coroa da cidade” (sic) e uma legenda. Não foi informada no vertente texto, portanto, a forma como se apresenta essa legenda; nem se ela está inscrita, como ordinariamente acontece, em *listel*, à falta de qualquer indicação da existência dele.

Se realizarmos comparação metódica entre o desenho do emblema e sua descrição oficial logo descobriremos, e sem dificuldade, que entre ambos há numerosas discrepâncias, dentre as quais basta mencionar no momento as seguintes:

- 1) Na gravura, o lema oficial (inscrito de fato, como se presumiu antes,

em listel) está escrito *em latim*; e, no texto descritivo, *em português* – com divergência entre as duas frases.

2) A descrição oficial declara que, no primeiro campo do emblema ibiramense, há o “escudo nacional”, sem identificação complementar. Na gravura, aparece ali reprodução das armas nacionais do Brasil, o que representa simultaneamente grave abuso de direito e óbvia quebra de hierarquia. As armas nacionais só podem ser usadas, em primeiro lugar, pelo Governo Federal e pelas repartições públicas federais. Em segundo lugar, porque as armas nacionais são símbolo do Brasil; e, nessas circunstâncias, por razões de hierarquia e de bom-senso, não podem obviamente ser colocadas *dentro* do emblema de estado ou município.

3) A descrição oficial menciona depois a presença, no emblema ibiramense, do “escudo da Sociedade Colonizadora Hanseática, com a águia do Império alemão” (sic). No desenho oficial não aparecem, todavia, nem a marca comercial (de duvidosa existência, aliás) da mencionada sociedade colonizadora, nem a referida águia. O que se vê, de fato, são três figuras (e não apenas duas) possuidoras de significado próprio e inconfundível: a chave e o castelo das insígnias tradicionais das cidades alemãs de Bremen e de Hamburgo, respectivamente; e, acima delas, as armas nacionais alemãs adotadas inicialmente pela denominada República de Weimar (1919 – 1933), que foram usadas mais tarde (a partir de 1950) pela República Federal da Alemanha e, após a reunificação (ocorrida em 1990) das duas repúblicas germânicas surgidas após a 2ª. Guerra Mundial, foram também instituídas como insígnia oficial da Alemanha contemporânea.

Há, por conseguinte, no segundo quartel do emblema ibiramense e em relação às três mencionadas insígnias alemãs, a repetição da quebra de hierarquia e, sobretudo, do abuso de direito comentados no item precedente. As armas nacionais de qualquer nação têm, obviamente, convém repetir, uso exclusivo e reservado ao próprio governo desse país e a seus órgãos e repartições; e elas não podem, portanto, ser livre e arbitrariamente usadas por outras pessoas jurídicas, nem no próprio país, muito menos no exterior. Há também, a esse respeito, no emblema sob exame, incongruência quanto à cronologia, que torna, da mesma maneira, inválida a presença nele das armas oficiais da República de Weimar, que foram readotadas sucessivamente pela República Federal e pela atual Alemanha. Por duas razões elas não poderiam ter e realmente não possuem qualquer relação com as origens do município: essas armas, como já revelamos, foram criadas apenas em 1919; e, por conseguinte, nos primórdios da colonização de Ibirama por imigrantes germânicos (1897/ 1912) elas não eram

a insígnia oficial do Império alemão, origem desses povoadores, e, na verdade, simplesmente não existiam. Aliás, as armas do chamado “II Reich” possuíam formas bem diferentes; e, portanto, inconfundíveis com a insígnia da República de Weimar.

4) A descrição do emblema ibiramense indica, com clareza, a existência, no escudo, de “um homem de raça branca e um indígena”. No desenho, todavia, não aparece qualquer aborígene, mas apenas um arco e uma flecha, cruzados. Além disso, junto ao homem branco aparece representada uma parilha de cavalos, à qual o texto legal não faz qualquer menção.

5) A descrição oficial omite igualmente, sem motivo justificável, qualquer indicação às seguintes figuras, representadas no escudo ou à volta dele: a cruz existente no centro do escudo, a data nela escrita, o listel, os ramos vegetais colocados nos flancos do escudo, a roda de engrenagem e o arado (ou, talvez, machado), os dois últimos meio encobertos pela ponta do escudo.

Cabe acrescentar finalmente que o emblema oficial de Ibirama foi, à evidência, calcado em igual insígnia do município de Timbó, instituída em 1950. Desta foram copiados, além do campo esquartelado e da cruz central com data, do agricultor com a junta de animais, do mapa municipal e de idênticos ramos vegetais colocados nos flancos do escudo, também a grave infração à ordem hierárquica e constitucional cometida pelo uso abusivo das armas nacionais do Brasil, já mencionada neste comentário.

PENHA

Ato de instituição: Lei municipal nº 145/68, sancionada em 26 de junho de 1968 pelo Prefeito Henrique de Assis.

Autoria: Sem identificação.

Descrição: “Fica criado o brasão do município de Penha, que constará da padroeira e a principal produção do município”.

Comentário

O emblema de Penha possui, inquestionavelmente, a mais curta e, em decorrência disso, a mais incompleta descrição oficial entre os municípios catarinenses. Não há identificação das “peças” (figuras heráldicas) existentes sobre a superfície do escudo, nem à volta dele (por exemplo, coroa mural torreada e listel); e, por isso, obviamente não há a indicação dos esmaltes. Menciona homenagem ao orago do município, mas não revela seu nome, nem como está representado. Ademais, alude simplesmente a vago tipo de “produção”, sem fornecer a mínima identificação do que exatamente seu autor pretendeu abranger ou designar com citado termo. Por causa de tantas falhas juntas, o emblema não

chega praticamente a existir como tal.

Apenas o exame de desenho oficial revela parte dos mistérios que cercam o emblema de Penha. O escudo é esquartelado; e, na verdade, contém informações em quantidade muito superior àquelas que sua curtíssima descrição legal insinua. O desenho mostra, por exemplo, a figura de uma mulher sustentando no braço esquerdo uma criança e tendo na cabeça barrete alto e pontiagudo à maneira de mitra (*N. S. Penha?*), com um devoto ajoelhado a seus pés (no primeiro quartel); duas paisagens marítimas distintas (uma com rochedos, a outra com barco e nuvens); perfil de edifício dotado de chaminé fumegante; e três arbustos inidentificáveis, talvez para lembrar “produção agrícola”. Apoiada na borda superior do escudo há coroa mural com cinco torres visíveis (duas delas sem porta), de forma rara, portanto, e vermelha! Abaixo do escudo vê-se fita branca, contendo o nome do município e uma data (“19-7-1958”), cujo significado também não está revelado no texto da lei nº. 145/68. Convém esclarecer, aliás, que, à vista dos princípios heráldicos, em hipótese alguma se inscreve qualquer tipo de data nessa fita ornamental – o listel.³

Causa grande estranheza, evidentemente, deve assinalar-se, não haver sido corrigido até hoje o desacordo existente entre a descrição e o desenho usado oficialmente pelos poderes municipais tanto de Ibirama como de Penha.

PRESIDENTE GETÚLIO



Ato de instituição: Lei municipal nº 516, sancionada em 1º de março de 1972 pelo Prefeito Bernardo Mueller.

Autoria: Lírio Luiz Volpi, Baldur von Keick e funcionário, não identificado, do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia.

Descrição: “Uma coroa mural, privativa das municipalidades; e um escudo dividido em quatro quartéis. No primeiro quartel, que abrange toda a parte superior do escudo, destacam-se dois escudetes, simbolizando os primeiros colonizadores alemães

³ MUELLER, Edison. “Erros e desrespeito à Constituição invalidam o brasão de muitos municípios catarinenses”; in “Jornal de Santa Catarina”, Blumenau, ed. 03 de maio de 1981, p. 24 (3º. caderno).

e suíços. No segundo quartel, à direita central do escudo, uma cabeça de vaca, que representa a abundante produção de leite e seus derivados. No terceiro quartel, o caduceu, como símbolo do comércio (...). No quarto quartel, situado na totalidade da parte inferior do escudo, uma roda dentada, um machadão e uma serra, simbolizam a indústria e a comercialização da madeira. Na parte inferior extrema do escudo, um listel contendo o nome PRESIDENTE GETÚLIO e sua respectiva data de fundação e criação do município. Entre a parte inferior extrema do escudo e o listel, representação de milho e de fumo, como parte da agricultura existente no município”.

Comentário

A leitura da descrição acima revela imediatamente, à semelhança do que sucedeu no caso do município de Ibirama, que seus redatores também omitiram completamente, em falha injustificável, a indicação dos esmaltes das partes componentes do emblema oficial de Presidente Getúlio. Por causa disso, deve afirmar-se de novo, é inevitável que toda reprodução a cores dele fique sujeita obviamente a interpretações pessoais e subjetivas, de acordo com o gosto ou o grau de conhecimento artístico de cada um; e, por conseguinte, com resultados incontroláveis e imprevisíveis.

No mesmo texto também existem, infelizmente, muitos outros enganos e falhas, que principiam, de fato, já em suas palavras iniciais, ou seja, na menção à *coroa mural*. Esta é, como esclarecemos antes neste artigo, *ornamento externo* das armas; e, justamente por isso, sua indicação no início da descrição do emblema desobedece à seqüência normal e lógica de qualquer brasão. O vertente texto declara em seguida que o escudo “está dividido em quatro quartéis” (sic); e, adiante, que “o primeiro quartel abrange toda a parte superior do escudo” e que o “quarto quartel” ocupa a “totalidade da parte inferior do escudo”. Mas, em Arte Heráldica, tal divisão não corresponde ao conceito de *quartel*, que, como seu próprio nome indica, tem área equivalente a um quarto da superfície do escudo. Obtêm-se tal “partição” quando se divide o campo do escudo de duas maneiras: em cruz – por meio de duas linhas, uma vertical e outra horizontal, que se cruzam no centro dele; ou em aspa (isto é, em X) – por meio de duas linhas, também cruzadas, que unem os ângulos do escudo.

Na insígnia de Presidente Getúlio, os dois espaços que foram denominados, impropriamente, de “1º quartel” e “4º quartel”, ocupam obviamente, somados, dois terços da área do escudo, à vista da descrição oficial. O espaço central, entre os dois mencionados “quartéis”, mede apenas, portanto, um terço da área do escudo. Deduz-se daí que cada metade desse mesmo espaço tem,

logicamente, área menor do que um quarto da superfície do escudo; e, por conseguinte, nenhuma dessas reduzidas metades pode também ser considerada, em Arte Heráldica, *quartel*. Este raciocínio é corroborado por exame do desenho oficial do emblema: o escudo não está, na verdade, representado com “quatro quartéis”, mas foi dividido, no sentido horizontal, em três áreas assemelhadas (isto é, em três *faixas*), das quais a central foi subdividida perpendicularmente ao meio, em dois espaços quadrangulares naturalmente com dimensões mais reduzidas do que as outras duas áreas, inferior e superior.

Convém mencionar, depois, que não foi feita a identificação plena, no texto da lei nº 516, dos “dois escudetes” alusivos aos “primeiros colonizadores alemães e suíços”. O desenho oficial revela que o segundo escudete corresponde às armas nacionais da Suíça; e que, no primeiro escudete, aparece representada a insígnia oficial da República de Weimar, mais tarde readotada sucessivamente pela República Federal e pela moderna Alemanha. Tomamos a liberdade de remeter o prezado leitor aos comentários precedentes, neste artigo, sobre o emblema oficial do município de Ibirama, onde são esclarecidos o abuso de direito e a quebra da hierarquia que envolvem o uso ilegal, por pessoas físicas ou jurídicas, das armas nacionais de qualquer país. Valem também aqueles comentários para a incongruência do uso das armas modernas da Alemanha em recordação de fatos históricos ocorridos no início deste século.

Dentre outras falhas, facilmente perceptíveis a todo heraldista, existentes no emblema oficial de Presidente Getúlio, menciona-se ainda, no momento: a inscrição de datas no listel; a colocação de produtos vegetais abaixo da ponta do escudo; a representação da cabeça da vaca; a omissão da existência nele também do pétao alado de Mercúrio; e a falta de indicação da maneira como são agrupadas, entre si, a roda dentada (de engrenagem) e as duas ferramentas, alusivas à “indústria e comercialização da madeira”.

Vale assinalar igualmente, por fim, à vista de desenho oficial do emblema de Presidente Getúlio, a forma singular, incomum, rara e, por isso, desusada, tanto do escudo como da coroa mural torreada apoiada na borda superior dele.

Em conclusão: muito conveniente seria, à vista dos fatos expostos, que os poderes executivo e legislativo dos três municípios empreendessem oportunamente, também para anular o ruim conceito cultural que eles difundem, a correção de todos os erros e falhas observáveis em seus emblemas oficiais.

Histórias ao redor da fogueira do acampamento

A “descoberta” do Spitzkopf

Texto:

JOSÉ DEEKE*



Proseguimos na divulgação, em português, iniciada na edição precedente, de narrativas extraídas do livro inédito “**Am Lagerfeuer**” (Ao redor da fogueira do acampamento), do polígrafo catarinense **José Deeke**. Como o próprio nome indica, a obra foi redigida pelo citado autor à maneira do “Decamerão” italiano: são histórias narradas em sucessão por grupo de personagens, como se estivessem reunidos em um acampamento e à volta de uma fogueira, em conversa descontraída, daí a variedade de temas dessas histórias, ora alegres, ora tristes e até dramáticas.

Deve notar-se, porém, que tais histórias foram baseadas em fatos verídicos; e que os narradores de fato são, sob pseudônimos, pessoas da família, amigos ou companheiros de trabalho do autor.

A narrativa ora publicada se originou em fato histórico: a primeira escalada do morro Spitzkopf, situado no vale do Itajaí, realizada em dezembro de 1872 pelo genitor de José Deeke, Frederico Deeke, na companhia de outros moradores de Blumenau. Surgiu depois, no próprio seio da família Deeke e também entre seus amigos, interpretação irreverente dessa escalada, acrescida sempre de novos fatos, sob a forma de peripécias de um legítimo êmulo do famoso barão de Münchhausen. A narrativa anedótica perdurou anos a fio: e, nos princípios deste século, recebeu de José Deeke a fluente versão literária que ora publicamos.

No final do episódio é retomada a estrutura básica do livro, com a citação de alguns narradores à volta da fogueira e com breves noções do acampamento no qual eles estão reunidos.

* José Deeke – agrimensor e cartógrafo. Autor de livros e numerosos artigos sobre a região do Vale do Itajaí. Sua obra mais famosa intitula-se: “O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento”, publicada originalmente em alemão pela editora Rotermund & Cia. (São Leopoldo, 1917, em três volumes); e, em 1995, em português (Blumenau, Editora Nova Letra).

Tradução: Edith S. Eimer / Niels Deeke.

Notas de rodapé redigidas por Niels Deeke.

Eu viajava sentado na seção da primeira classe de um vagão de passageiros da “Estrada de Ferro Santa Catarina” e, enquanto o trem prosseguia para Hansa¹, comecei a meditar sobre as diferenças entre a realidade e a fantasia. Fazia poucos dias que eu havia chegado ao país e, conforme também deve acontecer com outros migrantes, imaginava que aqui fosse tudo bem diferente. Fiquei bastante desiludido com a “Estrada de Ferro Santa Catarina”, porque pouco antes de deixar a Alemanha havia lido reportagem - certamente devia ser matéria fantasiosa - a respeito de um trem, super rápido, que percorria o trajeto entre Blumenau e Asunción. No entanto, defrontava-me com a crua realidade dessa verdadeira lingüiça, cheia de curvas, com seus míseros 70 km! Era de pasmear a enormidade do contraste entre a fantasia e a realidade.

Encontrava-me assim absorto quando, vindo da vizinha unidade da 2ª. classe, entrou no meu vagão e sentou-se à minha frente um homem idoso que, pela aparência, devia ser colono. Logo a seguir ouviram-se gargalhadas e um grande alvoroço que provinham do vagão de onde o homem saíra; percebi que meu novo companheiro já havia bebido um pouco. Como sempre detestei o cheiro da cerveja

¹ Hansa-Hammonia, atual município de Ibirama. Sua colonização teve início nos anos finais do século passado. Em 30 de março de 1897 foi organizada, em Hamburgo, a “Companhia Colonizadora Hanseática”, que tinha por finalidade povoar, em Santa Catarina, os vales dos rios Hercílio e Itapocu. Obteve, para isso, concessão do Governo Estadual. A 07 de novembro de 1897 o Eng.º Odebrecht, na companhia de seis trabalhadores brasileiros e de um cozinheiro alemão (e no exato local onde, em 1996, encontrava-se edificado o “Forum de Ibirama”), acamparam e passaram a noite de 08 para 09 de novembro de 1897. Sellin registrou em seu diário que o sítio era muito propício para a instalação de um núcleo colonial. Exploraram detidamente a região, denominando-a Hammonia. O perímetro geral foi levantado pelo Eng.º Odebrecht. A área da colônia media 126.332,70 hectares, a qual, depois de agregada às terras do rio do Cocho, formou um complexo de 127.318,047 hectares. Providenciaram a construção de um grande galpão para abrigo provisório dos primeiros colonos que, procedentes da Alemanha, começaram a chegar em 1899. Compuham a primeira leva de imigrantes as famílias de Karl Engelhardt, Lüdau, Kitzinger, Ochmann e Conrado Wagner, este solteiro. Mais tarde para lá também afluíram alguns elementos de ascendência italiana. A Resolução n.º. 60, de 13-3-1912, do Conselho Municipal de Blumenau, assinada por Paul Gerhardt Hering, criou o Distrito de Paz de Hammonia. O progresso foi estimulado a partir de 1909, sob a administração de José Deeke, e já em 1912 deu-se a criação do Distrito de Hammonia, integrado a Blumenau. Pelo Decreto n.º. 498, de 17-02-1934, foi criado o município com o nome de Dalbérgia, com sede no lugar de igual nome, em terras desmembradas de Blumenau, instalado a 11 de março de 1934. Há dúvidas a respeito da verdadeira origem do topônimo Dalbérgia, que representa, possivelmente, homenagem indireta a Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, sertanista brasileiro que realizou a pacificação dos indígenas dessa região catarinense, que possuía uma filha com esse nome. Menos de dois anos após, o município readquiria a denominação primitiva de “Hammonia”, passando a sede para o lugar de igual nome. Em 1943, por decreto, sua denominação foi novamente alterada; e passou para “Ibirama”, nome dito tupi que, segundo alguns, significaria “terra da fartura” ou “terra da promessa”. Hansa e Hammonia são denominações antigas da cidade alemã de Hamburgo.

e da cachaça dos bêbedos, fingi ignorá-lo e passei a olhar através da janela, dando a entender que estivesse entretido com a paisagem da natureza.

Meu vizinho a princípio não se importou comigo. Encheu seu cachimbo, sempre resmungando, “bando de vagabundos, sujeitos miseráveis” e outras xingações. Esses resmungos certamente se destinavam aos passageiros do vizinho compartimento de segunda classe, os quais o teriam aborrecido. A sucção no cachimbo fez com que o velho parasse com suas xingações e, quando o fumo estava aceso, pareceu esquecer a grosseria da qual havia sido vítima. Já então sentava-se tranqüilo; e quando eu, surpreso com seu silêncio, virei os olhos, percebi que o bêbedo rabugento se transformara num cidadão sociável.

Quando o homem percebeu que, contrariamente à minha disposição anterior, eu agora lhe dava atenção, não perdeu tempo e passou logo ao ataque. Identificou-me como alemão novo², reconhecendo-me pelas polainas novas em folha e por meu chapéu verde de caçador, pois perguntou se eu viera com o recente transporte de imigrantes ou se, porventura, já passara algum tempo numa colônia do governo. Respondi que havia recém-chegado e não tinha, em hipótese alguma, o propósito de tornar-me colono. Desejava, principalmente, conhecer a terra e as pessoas, antes de decidir-me em definitivo.

Meu companheiro de viagem apressou-se em contar que bem jovem aportara neste país e o quanto, naquele tempo, era complicado e penoso estabelecer-se como colono; e que, atualmente, era bem mais fácil, etc., esclarecendo-me todas as circunstâncias da evolução desde os primórdios da colonização.

Também me informou de sua discordância em relação aos imigrantes que abandonavam a região, desistindo dos lotes coloniais onde deveriam assentar-se, quando as condições que na época encontravam para seu desenvolvimento eram bastante favoráveis.

Eu deixava o velho dissertar, pois não podia opinar a respeito desse assunto para mim ainda desconhecido e novamente passei a olhar pela janela, através da qual, ao longe, me saudava a projeção elevada do pico de um monte. Tive a impressão de que a partir da cidade de Blumenau já o havia vislumbrado e, por isso, me virei para o vizinho, a fim de perguntar-lhe a provável altitude.

– Ah, esse monte lá trás? É o *Spitzkopf*³!, disse ele. Percebe-se que sua altitude é superior a dos demais montes ao longe. Hoje em dia é possível escalá-lo

² Alemão novo (Fritz-neuer): alemão recém-imigrado.

³ Morro Spitzkopf: monte no município de Blumenau, com aproximadamente 920 metros de altura. O monte foi escalado pela primeira vez, em 1872, pelo Comandante da Guarda de Batedores do Mato, Frederico Deeke, imigrado em 03-9-1858. Em 19 e 20 de julho de 1892 o monte foi escalado pelos excursionistas Otto Wehmuth, Christian Imroth, Fritz Alfarht e outros. (Vide *Jornal de Santa Catarina*, ed. 18-11-1997, p. 02B – título “Parque do Spitzkopf atrai exploradores há

com relativa facilidade, porque seguindo-se pela picada chega-se naturalmente até ele.

– Mas nem sempre foi assim tão simples chegar-se até lá, continuou explicando após pequena pausa. Naquela época, quando cheguei a este país, o “*descobrimento do monte*” não foi tarefa fácil e me provoca lembranças nada gratificantes, que hoje me aborrecem sempre que recordo da maneira como o descobri.

– O descobrimento? Então o senhor *descobriu* o **Spitzkopf**?, exclamei surpreso e incrédulo ao mesmo tempo, pois não podia imaginar que um monte, visível mesmo ao longe do centro da cidade de Blumenau e, evidentemente, avistado pelo seu fundador bem como por todos quantos passaram pela sede da colônia, pudesse ser “*descoberto*”; e, além de estranhar o fato, duvidei que o velho tivesse empreendido alguma expedição que o levasse ao ato do descobrimento.

Percebi que ele ficou um pouco embaraçado quando ponderou:

– O senhor não deve supor que a “*descoberta*” aconteceu tão literalmente quanto a definição do vocábulo dá a entender. O monte podia ser visto à distância e era apenas dessa única maneira que era conhecido. Ninguém havia ainda conseguido escalá-lo. Este era o problema, e aí estava o “dente do coelho”! O velho Dr. Blumenau diversas vezes enviou *batedores do mato*⁴ para lá, determinando que fizessem uma picada até o topo, mas essa gente sempre retornava sem ter concluído o trabalho, apesar de sua escalada não parecer empreitada tão difícil, quando daqui se olha para lá. Contudo, chegando-se à floresta virgem, então a coisa muda de figura, porque nela só é possível estabelecer a direção correta quando se trepa até ao alto de uma das colossais árvores da selva, para, dessa única maneira, poder orientar-se. Mas esse recurso também se esgota à medida que nos aproximamos das colinas existentes aquém do *Spitzkopf*, quando então tudo fica velado, pois os montes e morros circundantes ocultam o panorama à frente; e, por isso, se eu não tivesse, naquela oportunidade, descoberto a encosta apropriada por onde fazer a picada, quem sabe lá quanto tempo decorreria até que alguém a tivesse encontrado! – disse-me o homem, expressando-se num tom abalizado e categórico.

As viagens de descoberta e aventura nunca deixaram de despertar, em mim, enorme curiosidade; e sempre gostei de ler e mais ainda de ouvir contá-las.

um século”). Em 17-7-1929 foi criado o “Spitzkopf - Klub”, tendo como diretor Otto Huber, secretário Rudolf Hollenweger e tesoureiro Alfredo Gossweiler. *Spitzkopf*: tradução literal do alemão = cabeça pontuda ou cabeça pontiaguda. Sobre o *Spitzkopf* há farta literatura publicada na revista “Blumenau em Cadernos”.

⁴ Batedores do mato: era constituído, na Colônia Blumenau, por colonos valentes, geralmente um grupo de vinte homens, escolhidos por um comandante, que era remunerado diretamente pelo Erário Público da Província. Foi esse, ao menos, o caso observado quanto à “Guarda de Batedores do Mato” de Blumenau, comandada oficialmente por Frederico Deeke de 1872 até 1879, quando foi suprimida (Aviso Ministerial de 23 de agosto de 1879).

Por esse motivo resolvi pedir ao meu colega de viagem que me confiasse sua história do descobrimento.

O velho lançou sobre mim um olhar desconfiado, mas quando viu meu semblante curioso e ingênuo, cedeu ao meu pedido e, depois de tornar a abastecer seu cachimbo com tabaco, começou:

– Pois não. Como eu ia dizendo, o caso foi o seguinte. Sempre foi possível enxergar o *Spitzkopf* no horizonte distante e quando aqui cheguei mostraramo imediatamente. Mas, lá em cima, no cume, ninguém ainda estivera; e também jamais sonhei que justamente seria eu o primeiro a chegar até lá. Como são, às vezes, engraçadas as ocorrências de nossa vida!

– Em épocas anteriores, jamais tive tempo até mesmo para idealizar uma expedição de descoberta ao *Spitzkopf* ou qualquer empreitada desse porte, pois a instalação e os arranjos de minha colônia absorviam todo meu expediente, inviabilizando outros projetos. Meu lote de terreno era um dos mais distantes, nos confins do “*Kannebach*”⁵ - essa é uma *tifa* à margem do grande rio e inicia a cerca de 15 km a montante da cidade de Blumenau. Uma bonita e exuberante floresta cobria minha colônia e, no princípio, achei-a maravilhosa. Mas isto não se me afigurou desse modo por muito tempo, porque quando comecei a derrubada para fazer a roça a floresta perdeu todo o encanto para mim. Logo construí um rancho e, quando ficou pronto, admirei-me muito da minha singular arte – a obra era perfeita, ficara esplêndida. Porém, tão logo desabou a primeira trovoadá percebi que me havia enganado quanto à vedação do telhado que realizara com folhas de palmito. Chovia através dele como por uma grande peneira. Afinal, isso não deveria surpreender-me, porque já me haviam afirmado que um telhado só poderia isolar satisfatoriamente se executado com folhas de palmas silvestres, apropriadas para a cobertura. Mas, como essas folhas não eram encontradas nas proximidades de meu rancho, pensei que a cobertura com folhas de palmito, em camada mais espessa, resolveria o caso. Pois sim! Meu prejuízo foi certo e as gozações, muitas. Mas, já então isso pouco importava: eu precisava de folhas de palmas para aplicar no teto e, por esse motivo, logo no dia seguinte me pus a caminho, à sua procura. A possuidora dessas folhas, uma palmeira mirim⁶, só raramente é encontrada na planície inferior do vale, porque prefere as montanhas. Com o objetivo de colhê-las, dirigi-me a uma elevação montanhosa, dentro da floresta, onde esperava encontrá-las.

⁵ Kannebach: é o Ribeirão Encano, sito no atual município de Indaial. Afluente da margem direita do Itajaí Açu, na foz do qual há uma represa da Fecularia Lorenz. O Ribeirão Encano recebe, em sua margem direita e à distância de 10 km de sua foz, as águas do ribeirão Espinho.

⁶ Palmeira mirim: é a *guaricana* ou *guaricanga*, cujas folhas são usadas para cobertura de ranchos. Também é conhecida como *uricana* e *uacanga*, nomes que, segundo os estudiosos, seriam corrupção de *guacanga* ou *aguacanga*.

– Hoje em dia não se vê mais um único imigrante que não esteja armado com uma espingarda de recarga pela culatra, revólveres, pistolas e armas requintadas semelhantes. Mas, naquele tempo era muito diferente. Podia considerar-se feliz quem possuísse machado, foice, facão e enxada. Só com o tempo se conseguia juntar dinheiro para comprar uma “*pica-pau*”⁷. Não pude levar, por isso, uma arma de fogo na busca das folhas de palmeira, pois não a possuía. Estava armado, contudo, com facão e machado - duas armas que jamais falham.

A selva era muito cerrada, além de emaranhada com lianas e cipós; e precisei usar o facão para abrir caminho. Como não estava acostumado a esse árduo trabalho, cedo cansei e fiquei muito feliz quando, na caminhada, deparei com um pequeno riacho arenoso⁸, que fluía justamente vindo da direção para onde pretendia seguir. A partir daí não foi mais necessário abrir trilha alguma. Pulei para o leito do ribeirão e segui correnteza acima, olhando as margens a fim de descobrir o vegetal procurado.

O silêncio da mata só era quebrado por raros pios e cantos de aves; e, como qualquer bom mateiro sabe, geralmente ouve-se o barulho provocado pelos entes da floresta muito antes que se possa enxergá-los. Como meu interesse era localizar determinada planta, minha atenção estava toda concentrada na procura visual.

Prosseguia então com esse objetivo quando, destacando-se dentre os demais sons, ouvi adiante um ruído estranho. Pensei inicialmente que fosse o borbulhar de água, que às vezes provoca diferentes sons. Mas, aproximando-me bem devagar, tive a intuição de que o rumor extravagante só poderia ser provocado por alguma fera selvagem.

Fui tomado instintivamente de grande pavor, porque me encontrava só e desamparado, completamente isolado numa mata impérvia, densamente fechada; e, só Deus sabia, perante qual espécie de fera! Mas, o velho Bismarck⁹ já havia dito há muitos anos: “Nós, alemães, só respeitamos a Deus e nada mais tememos no mundo”. E como esta máxima sempre foi o meu lema, não seria nessa ocasião que ficaria com medo de qualquer animal selvagem.

Portanto, resoluto peguei meu machado com a mão esquerda e, com a direita, o facão, pronto para brandir e malhar. Com extrema cautela, avancei mansamente pelo mato em direção à origem do esquisito ruído. Não tardei a deparar-me com a solução do enigma. Não era nem tigre nem outra fera carnívora, devoradora

⁷ Pica-pau: espingarda com recarga pela boca do cano.

⁸ Riacho Arenoso, que fluía vindo da direção do Spitzkopf. Trata-se do *ribeirão do Espinho*, pequeno afluente da margem direita do *ribeirão Encano*.

⁹ Bismarck: Carlos Otto Eduardo Leopoldo Bismarck, 1815-1898. Primeiro chanceler do Império Alemão.

de humanos, que ali rosnava, mas sim, para meu espanto, lá estava deitada uma enorme *anta*, que, ressonando, descansava da carreira que, na certa, empreendera durante a noite.

A carne de anta, depois de salgada e seca, não se diferencia, quanto ao sabor, daquela que tem outro animal, quando submetida ao mesmo processo de conservação. Por isso, pode imaginar-se quão exultante fiquei, pois não era pouca a minha satisfação, quando vi o "assado" estirado bem à minha frente. Se eu conseguisse matar a anta, teria, por bastante tempo, as panelas cheias ou, se desejasse, poderia vender a carne. Era preciso agir rápido, não poderia esperar muito, senão o animal despertaria e fugiria. Mas, como proceder? Não seria tarefa fácil, indubitavelmente, defrontar-me com animal de porte tão avantajado. Isso estava além das minhas possibilidades. No primeiro impulso pensei em usar o facão para matar o animal. Mas, depois de testar seu gume, resolvi desistir de usá-lo. Caso eu decidisse abatê-lo com esse instrumento de matança, seria necessário que o animal estivesse dormindo em sono muito profundo, o que talvez não fosse o caso. Uma certa machadada na cabeça resolveria o problema e não possibilitaria que acordasse, pelo menos assim eu supunha.

Mas, em virtude da minha posição e da maneira como a anta estava deitada, seria muito difícil vibrar uma pancada que, alcançando sucesso, fosse fatal; a não ser que eu conseguisse ficar com as pernas abertas sobre o animal adormecido e então pudesse desferir o golpe com o machado.

Aproximei-me, cautelosamente, e passei a perna esquerda sobre o corpo do animal, enquanto me apoiava no cabo do machado. Tudo decorria a contento e conforme o previsto. Mas, quando quis firmar-me na posição para armar o golpe, levantando o machado ao alto, meu pé ficou preso em algumas raízes, fazendo-me perder o equilíbrio; e, antes que eu pudesse dar-me conta do que estava acontecendo, escorreguei e me vi praticamente sentado no lombo da anta. Aí o bicho acordou e, erguendo-se de chofre com um salto, como sucede nessas situações a animais dessa espécie, arremeteu com suas patas, pisoteando tudo o que havia pela frente.

Não querendo expor-me ao risco de ser calcado pelas afiadas patas da anta, permaneci sentado em seu lombo, na posição de cavaleiro. Atirei para longe o machado e me agarrei com ambas as mãos na sua longa crina. Não pude enganchar minhas pernas, pressionando o seu ventre, porque, irritada, a anta procurava de todas as maneiras me morder, a fim de me desalojar da insólita posição em que me encontrava e à qual fora guindado, passo a passo, conforme minuciosamente expliquei. Era forçado a manter a qualquer custo tal postura, sob o risco de ser inexoravelmente despedaçado por sua fúria; e, por isso, piorando ainda mais meu desconforto, tive que encolher o quanto fosse possível as pernas.

Depois que, contorcendo-se, o raivoso mamífero rodopiou em círculos, quase me provocando enjôo, ele disparou, repentinamente, galopando para frente

em desabalada carreira, comigo na garupa. Arrojou-se inicialmente através de um extenso e espesso bambuzal. Meu Deus, foram incríveis os estalos das taquaras rachando pela quebradeira das fortes varas! Já então eu me havia recuperado um pouco da tontura que o corrupio me causara e comecei a arquitetar um meio de apear-me do lombo da anta com segurança. Nem pensava mais em matá-la, mas certifiquei-me de que ainda portava o facão na cintura.

Quando supus chegada a hora de pular, livrando-me do bicho, deparei-me, frente a frente, com uma enorme jararaca que, assustando-se com o barulhão dos estalos provocados pela maceração das taquaras, deu um bote na minha direção, impedindo-me de saltar. E tive assim de permanecer na montaria, percorrendo mais um trecho da mata.

Quando terminou, finalmente, o bambuzal, chegamos a um lance da floresta com vegetação mais espaçada. Resolvi que, na primeira iminente oportunidade, segurar-me-ia no primeiro galho de alguma árvore resistente que aparecesse no trajeto, para assim safar-me da involuntária cavalgada.

Não demorou, avistei o galho e já ia aliviar minhas mãos, soltando a crina da anta, quando, de súbito, despontaram em nosso caminho os olhos cheios de cobiça de uma onça. O felino estava à espreita, empoleirado exatamente no galho que eu pretendia agarrar. Outra vez fui compelido a continuar encarapitado no costado da anta, que, a essas alturas, já penetrara no interior da selva. E como eu era ainda “alemão novo”, receei não mais encontrar a saída; e, além disso, essa cavalgada estava começando a divertir-me, decidi permanecer a cavaleiro, disposto a seguir para tão longe quanto o quadrúpede me conduzisse, mesmo porque, nessas circunstâncias, seria uma temeridade tentar, com sucesso, a desmontagem.

Sucedeu então que, logo após a emboscada da onça, topamos com uma grande vara de *queixadas*¹⁰, a grunhir ferozmente, estalando e rangendo seus dentes aguçados. Pareceu-me que essas feras bravias estavam antecipadamente deleitando-se com o apetitoso petisco que para elas representavam as carnes de minhas pernas, pois a intenção sanguinolenta dos citados animais era evidente.

Depois de transpor um extenso trecho da mata, cujo chão estava enegrecido por infindável quantidade de formigas andarilhas em plena migração, tive a impressão de que a brincadeira começava a cansar a anta. Num rompante ela mudou o curso de sua rota, dirigindo-se para um grande poço do ribeirão, onde impetuosamente jogou-se n'água.

O banho até foi agradável, porque era pleno verão. Mas, a minha montaria não se satisfez com um simples banho, procurou ainda especial diversão suba-

¹⁰ Queixada: porco do mato, ou selvagem, que, por apresentar cerdas negras e beiços brancos, também é conhecido como “queixo branco”. É o javali brasileiro, que, em tupi, denomina-se *taja*, *tajaçu* e *tayaçu*.

quática, mergulhando todo seu corpanzil. Sempre fui ótimo em natação, tanto de superfície como de mergulho, mas competir com os bofes da anta exigiu redobrados esforços de meus pulmões.

Era a oportunidade de desvencilhar-me; e, quando quis largá-la para flutuar na água, pois não tinha mais condições de suportar a incomoda postura, eis que surge, emergindo, a descomunal cabeça de um jacaré¹¹. Preferi, naturalmente, continuar no cocuruto da peluda anta. O senhor pode acreditar que essa ocorrência com o crocodilo não é invenção, pois ainda atualmente se faz tremendo espalhafato quando capturam um desses animais, medindo dois ou três metros de comprimento. Esses répteis, que têm crescimento lento, levam centenas de anos para atingir a plenitude de seu tamanho; e os enormes espécimes que aqui existiam em grande quantidade tinham até cinco metros, porém agora estão extintos.

Minha anta-montaria resolveu então deixar o poço. Continuamos a galopar até quando, de repente, o mato terminou e demos numa clareira, livre de vegetação, que estendia-se à nossa frente, no exato trajeto em que o tapir corria. Mal nos havíamos recuperado, a anta e eu, da surpresa de nos encontrarmos sob céu aberto, quando, para nosso redobrado assombro, percebemos que descambáramos bem no meio de um acampamento de índios. É quase inacreditável, nisso eu concordo, mas foi assim mesmo que tudo aconteceu.

Para a minha anta, a nova situação não agradava nada - e muito menos a mim. Sucedeu então que, de improviso, os *bugres*, em grande número, ergueram-se aos gritos e saltaram cercandono. Mas então ela, a anta, se recompôs do choque que a imobilizara estática, empinou para diante e reiniciou uma "dança em círculos", igual àquela que havia executado de manhã cedo, quando eu a havia montado.

Não tardei a notar que a gritaria dos índios não era de contentamento, muito menos manifestação de triunfo por nos ter cativos. Sim, os bons irmãos peles - vermelhas gritavam de medo, porque viam em mim o próprio satanás encarnado. Minha inusitada aparição, irrompendo da floresta sobre o pêlo dessa bizarra montaria selvagem, deve tê-los aterrorizado profundamente.

¹¹ Jacaré. Na região do baixo rio Itajaí Açu realmente existiam, em épocas antigas, dentre as seis espécies de jacarés brasileiros, consideráveis quantidades de jacarés-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), desde Ilhota até a foz do rio Itajaí, e no próprio Itajaí Mirim. Ainda na década de cinquenta (1950-60) na região da Canhanduva, em Itajaí, nos brejos e alagados do rio Pequeno e margens do Itajaí Mirim era possível apreciá-los, estirados ao sol do meio-dia, nos meses de janeiro e fevereiro. Na revista "Blumenau em Cadernos" (tomo II, nº. 06, p. 114), na obra "Notícias de Brusque e Nova Trento", de D. Arcângelo Ganarini afirma-se que "antes de 1880 um jacaré foi capturado em Nova Trento e os brasileiros o comeram qual um manjar". Também na região da foz do rio Luís Alves, margem esquerda do Itajaí Açu, na "Fazenda Fruteira", que por volta de 1950 era propriedade de Ralf Bruno Gross, falecido em 09-5-1963, industrial da firma "Mafisa", de Blumenau., havia muitos espécimens.

Os aborígenes terrificados permaneciam contritos, as crianças choravam e as mulheres, em lamentos, ajoelharam-se no chão, enquanto articulavam uma língua incompreensível e dirigiam suas mãos estendidas para mim. Os guerreiros atiraram suas armas para longe, quebrando sua altivez, dobraram os joelhos e ficaram acorados tapando os olhos com as mãos, enquanto o cacique, estirado no chão, beijava a terra, mais parecendo um lagarto estatelado. Depois que, por algum tempo, assisti a esse espetáculo, enquanto minha anta-montaria corria indômita em círculos pelo menos umas cinqüenta vezes, aconteceu que ela, certamente por haver sentido vontade de tornar a galopar, saltou por cima de alguns índios acorados no seu caminho e assim voltamos, em grande velocidade, para dentro da mata.

O terreno, que até então fora alternadamente plano e ondulado, passou a ser sensivelmente íngreme. As horas passavam e eu me admirava de que ainda fosse dia claro, pois calculava que há muito já deveria ter anoitecido. Foi então que a anta mudou de rumo e, depois de havermos escalado uma elevação, arremeteu à direita para galgar a parte sudeste do monte. O sol já então declinava, dando lugar ao crepúsculo, por isso nesse galopeio desvairado eu mal via a sombra disforme das árvores que ultrapassávamos no percurso da corrida do animal.

Montado sobre aquele roliço dorso eu não pude perceber que adiante, a dois metros de altura, encontrava-se um impedimento, na forma de um tronco atravessado bem no meio do caminho e que impossibilitaria a passagem do meu corpo. Resultou daí que afinal eu fosse abruptamente arriado da minha anta-montaria, permitindo que apenas ela passasse, livremente, por baixo do obstáculo.

A alegria da anta ao sentir-se aliviada do meu peso foi tamanha que bufou um sonoro rosnado, cujo som estridente foi seguido por um intenso resfolegar das ventas de sua pequena tromba; e, sem mais, em desenfreada carreira atirou-se morro abaixo. Eu estava agora diante do tronco de árvore contra o qual, de supetão, havia batido com a cabeça e, aparvalhado, com o crânio zunindo, nem percebi, de imediato, o que me acontecera.

Não podia, porém, perder muito tempo, pois escurecia depressa e o lugar onde estava prostrado não era nada convidativo para pernoite. Então levantei-me e empenhei-me em alcançar o alto do morro, onde parecia haver ainda alguma clareza.

À medida que o escalava, o morro tornava-se sempre mais escarpado e difícil de galgar. Em contrapartida, a floresta rareava e isso permitia-me enxergar melhor. Ao final, só havia mesmo um matinho bem escasso e, após esforçar-me para vencer mais um lance de subida, encontrei-me no topo plano do *pico do monte*.

Lá em cima o dia ainda estava bem claro; e, no panorama que se descortinava do vale lá embaixo, pude reconhecer muitos detalhes, como o “*Stadtplatz*”

*Blumenau*¹². Tive então a certeza de que me encontrava no cume do *SPITZKOPF*.

– Muito bem, disse o velho tão logo chegou, com sua narração, até esse ponto. – Aqui o senhor tem a história do descobrimento do *Spitzkopf*.

– Perdoe-me – disse eu entrando na conversa – mas está faltando a parte mais importante: a descoberta do acesso para fazer a picada.

– Ah! Sim, a picada, respondeu o velho. Isso foi simples. Depois de uma noite bem dormida no cume do *Spitzkopf*, só precisei, na manhã seguinte, avançar rumo ao centro da cidade, que era possível avistar de lá de cima. Dessarte, após virar meu nariz na direção correta, saquei do meu facão e abri uma picada, sempre seguindo a linha reta indicada pela ponta de minhas narinas. Fui avançando adiante até a metade do dia, abrindo dessa maneira minha trilha, quando topei com uma picada quase pronta. Era certamente trabalho dos colonos que haviam procurado o *Spitzkopf*, pois estava muito bem feita. Prossegui aceleradamente sobre seu leito, de sorte que, à tarde, pelas quinze horas, cheguei ao primeiro, ou melhor, ao mais distanciado colono residente no interior do Vale do Garcia. Quando me viram tão maltrapilho, os gentis moradores inicialmente pensaram que eu fosse um bugre. De fato, quando saí do mato, em razão da atropelada cavalgada, muito pouco havia sobrado de minha roupa. Mas, depois que lhes contei a minha aventura, não cabiam em si de surpresas. Continuei minha caminhada para a cidade, não antes me ter recomposto um pouco e mitigado a fome de meu estômago vazio. Cheguei à cidade à noite e o Dr. Blumenau ficou muito satisfeito após eu lhe ter comunicado que, finalmente, o *SPITZKOPF* estava descoberto e conquistado.

O velho encerrou aí sua história. Mas, eu ainda desejava ouvi-lo falar mais dos “bons tempos antigos”. Nesse momento, porém, o trem parou na estação onde meu companheiro de vagão pretendia desembarcar; e isso ele fez mais do que depressa.

Entretanto, pelo resto da viagem continuei a recordar a curiosa cavalgada do velho colono; e durante a noite, sonhei imaginando quantas das mais diversas espécies de animais selvagens poderiam ser utilizadas como montaria.

Todos deram estrepitosas gargalhadas quando Dankmann encerrou o conto exagerado da mirabolante aventura. Rankow ouviu a história com o mesmo interesse demonstrado pelos demais, mas não se interessou somente pelo seu aspecto burlesco; e, quando ela terminou, quedou-se um tanto pensativo. Nisso per-

¹² Stadtplatz Blumenau: centro da cidade de Blumenau. Significa, literalmente, “lugar da cidade”.

cebeu que os demais o olhavam com muita atenção, curiosos com a sua circunspeção. Então disse, revelando seus pensamentos:

– Há, sem dúvida, fatos exagerados nessa história do idoso colono. Todavia, por por mais inverossímil que pareça, ela é parcialmente verídica. Sei disso pelo que me contou meu falecido pai a respeito de façanhas de suas caçadas nos primórdios da colonização.

A noite já estava então bem avançada. Sell e Hermann Brecht levantaram-se e, desejando boa noite, foram embora.

Rankow, despedindo-se, ainda lhes disse:

– Caso não mais nos vejamos amanhã cedo, então passem bem até nosso retorno.

Mas, rindo, Sell respondeu que Rankow não se preocupasse, porque na manhã seguinte, antes da partida, ainda haveria tempo suficiente para ouvir uma história tão extensa quanto à referente à descoberta do *Spitzkopf*, isso porque depois de uma noite de jogo tropeiro algum tem muita pressa.

– Bem, esperemos que amanhã, à luz do dia, a jornada não seja tão atribulada e que consigamos recuperar as paradas da marcha de hoje, como esta a que nos obrigou a trovoada. Assim acontecerá certamente se não ocorrer a compulsão do tropeiro pelo jogo, que implique no retardamento da partida e nos obrigue a outro atraso, o que faria com que perdêssemos, no mínimo, um dia de viagem – disse Paul Dankmann.

Rankow, manifestando sua concordância, ponderou que esperava fosse brincadeira de Sell a afirmação de que, na manhã, ainda haveria tempo de sobra para conversas, porque era evidente que passariam a noite inteira a jogar; e, por conseguinte, o tropeiro ainda estaria dormindo a sono solto quando pretendessem prosseguir viagem. Desejando dar o caso por encerrado, chegaram à conclusão de que esse era um problema particular do tropeiro; e se, na manhã seguinte, estivesse ou não cansado, ou de ressaca, não seria motivo para retardarem a partida.

Enquanto assim conversavam, caminharam até a frente do rancho, de onde podiam ver, através de uma janela, os jogadores, mas não era possível entender o que falavam.

– Veja só, lá estão, entre os jogadores, os nossos dois amigos de há pouco, disse Paul Dankmann em tom desolado.

E era verdade: Sell e seu companheiro Brecht, acompanhavam o jogo com muita atenção, manifestando seu interesse com tanta intensidade como se dele participassem. Cada lance era seguido de altas exclamações de *Ohhhs* e *Ahhhs*, expressando admiração ou lamento pelo jogador; e aí, quando fazia a ronda, o copo para beber cerveja, cheio de aguardente, sempre permanecia por muito mais tempo nas mãos de Sell, da mesma forma como antes havia ocorrido com o “Vermouth”.

– Porcaria dos demônios – disse Rankow – o Sell, como todos os seus colegas, parece mesmo fazer parte do grupo da mais vulgar espécie. Só lamento o bom vinho que agora misturam com a ordinária cachaça .

É, sim – interveio Paul Dankmann. – Pelo vinho eu também lamento, porque eu próprio até teria bebido mais uns goles. Tenho mesmo calafrios só em pensar na ressaca dos dois beberrões amanhã; principalmente a de Sell.

Dankmann chegou até a tremer, fazendo com que Rankow caísse na gargalhada.

– Mas, enfim deixemos essa gente em paz – disse Rankow. Nós nada poderemos mudar, mesmo porque para nós está na hora de dormir.”

Sem mais, os dois fecharam a porta do rancho e prepararam seus leitos. Prepararam-nos colocando as caronas¹³ sob os baixeiros¹⁴ e, por cima destes, os três pelegos que cada um tinha. Como travesseiros usaram o ressalto da sela, cobrindo tudo com o cobertor de lã do dono da casa. Assim arranjaram ótimos leitos e os dois colegas deitaram satisfeitos para dormir, cobrindo-se com seus ponchos .

Quando Rankow acordou, na manhã seguinte, ainda estava escuro. Com um rápido olhar para o relógio de algibeira, viu que era tempo de levantar, pois o ponteiro não demoraria a marcar seis horas.

Em seguida, acordou Paul Dankmann e então foram até o riacho próximo, a fim de lavar o rosto, despertando do sono que lhes pesava nos olhos. Quando de lá retornavam ouviram murmúrios na casa e, aproximando-se, viram que todos os jogadores se haviam reunido em volta do fogão da cozinha. Foram até lá, sendo recebidos com sonoros “Bom dia! Como passaram a noite? Dormiram bem?”. Cumprimentos semelhantes lhes eram dirigidos provenientes de todas as direções.

Após haverem retribuído igualmente à sua volta os cumprimentos, sentaram-se junto ao grupo reunido e logo lhes passaram às mãos a cuia de chimarrão, recém abastecida de água fervente.

Os jogadores lhes contaram que haviam jogado só até quase três horas da madrugada, porque as velas tinham acabado.

– Foi uma pena, disse o tropeiro – perdi durante toda a noite e justamente quando a sorte começava a me sorrir acabou a última vela.

Dormir já não adiantava mais; e na venda a temperatura estava bem fria. Por isso, os homens haviam aceso o fogo na cozinha e, enquanto se distraíam tomando mate, contavam as mais variadas histórias.

Entretidos nessa ocupação, continuaram até que o dono da casa preparou o café. Só depois de terem tomado essa indispensável bebida matinal, levantaram-

¹³ Carona: peça dos arreios, manta de couro que se coloca por baixo do lombilho das montarias.

¹⁴ Baixeiro: carona baixa, enxerga suadouro, que se põe sobre o lombo do cavalo, por baixo dos arreios.

Histórias ao redor da fogueira do acampamento

se para juntar os animais.

Sem demora começaram a movimentar-se no dormitório da família; e, tão logo os homens deixaram a cozinha, a dona da casa e a empregada, com as crianças, ocuparam os lugares junto ao fogão.



Anta (Tapir)



Jacaré (crocodilo brasileiro)

Desenhos traçados a tinta nanquim, feitos por José Deeke, presumivelmente no ano de 1925. Fazem parte dos originais, datilografados pelo autor, do livro "Am Lagerfeuer", como ilustrações da página 15 do primeiro volume da citada obra.

**Blumenau
rumo aos
150 anos
de fundação**

**Relatório da
Colônia
Blumenau
sobre o ano
de 1874***

**TEXTO:
DR. HERMANN
BLUMENAU**



Como o **mapa estatístico**¹ de que este relatório é acompanhado exhibe todos os dados e cifras de maior importância, restrinjo-me a expor e comentar os assuntos e fatos mais interessantes, que dizem respeito ao ano que findou.

As indicações **estatísticas** do mapa, na sua maior parte e da mesma maneira, como em outros anos, não podem ser consideradas senão como aproximativas, apesar dos esforços que não foram poupados para conseguir os respectivos dados com a maior exatidão possível.

De resto, mesmo um recenseamento especial e minucioso, aliás mui dispendioso e moroso, não há de fornecer indicações completamente fidedignas, sobretudo sobre a lavoura e produção, porque os próprios habitantes cometem sérios erros não só involuntários, como ainda voluntários, sendo difícilimo ou quase impossível fiscalizá-los.

As **estações** não foram muito regulares, o que não deixou de prejudicar diferentes plantações e colheitas, sobretudo a do milho, gênero de máxima importância por formar o pão do mesmo, e de tubérculos e legumes, o fundamento da nutrição vegetal dos europeus, digo dos colonos **europeus**. Sua colheita foi escassa tanto no ano passado como ainda o há de ser no presente, se o tempo até maio não correr muito favorável. Desde janeiro até meados de abril o tempo esteve muito chuvoso, com poucos dias de céu claro, mas com fortes trovoadas, acompanhadas de ventanias, que abateram o milho. Desde novembro até o fim do ano e ainda até o presente momento reinou um tempo tão seco, que as novas plantações murcharam, ficando parcialmente muito prejudicadas ou mesmo aniquiladas – este foi o primeiro exemplo de tal seca desde que a colônia existe! –

* **Fonte:** Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” – Fundo: *Memória da Cidade* – P. 02.48 – documento 490.

¹ O Mapa Estatístico do ano de 1874 será publicado nas próximas edições da Revista, após o término deste relatório.

O estado sanitário foi sofrível, não tão excelente, como ordinariamente ocorreu nos anos anteriores. No princípio do ano até abril reinou uma epidemia de pintas, e em novembro e dezembro disenterias, enfermidades estas que apesar de em geral se mostrarem mui benignas, contudo fizeram algumas vítimas, sobretudo entre as crianças menos cuidadosamente tratadas. No mês de outubro faleceu o médico da colônia o Dr. Jebe – perda esta, que a população quase inteira muito sentiu e lastimou. Para ocupar este cargo interinamente a presidência nomeou o tenente – cirurgião Carlos Guilherme Friedenreich. Sobre o engajamento na Alemanha, de um novo e hábil médico *definitivo*, apresentei ao Ministério da Agricultura, por intermédio da presidência, meu parecer e algumas indicações em ofício de 24 de outubro, mas não obtive resposta sobre o que foi resolvido. Infelizmente, dado os repetidos casos de alienação mental, a diretoria foi atormentada por pedidos de interessados, para remover os alienados ao hospício na Corte. E, como esta diretoria não tinha como satisfazer a tais pedidos, aliás muito justificados em dois casos, por se tratar de loucos perigosos e furiosos, não lhe restou outra solução senão mantê-los na casa de detenção, aliás um local muito acanhado e impróprio para tal mister. É urgente a conveniência de construir-se uma pequena casa própria para este fim porque a imigração em todos os países é acompanhada deste triste fenômeno de freqüente alienação mental, e também aqui eles continuaram a se repetir. Ora, não sendo possível ou lícito à diretoria ou autoridade, substituir aquela casa, se faz necessário remeter desde logo à Corte ou à Capital pelo menos os loucos mais furiosos e perigosos. Esta colônia carece absolutamente de uma casa apropriada, para manter em reclusão tais infelizes.

A **tranqüilidade pública** felizmente não foi perturbada por correrias dos índios selvagens, como nos anos anteriores, o que essencialmente se deve atribuir à vigilância e às rondas dos batedores do mato, executados com acerto sob a zelosa direção e fiscalização do seu digno comandante Frederico Deeke. As longínquas rondas e picadas desta força forneceram ainda valiosos esclarecimentos sobre as diferentes e extensas partes do território da colônia, facilitando ou até tornando dispensáveis especiais e dispendiosas explorações, de maneira que a respectiva despesa de 400\$ a 450\$000, mensais apesar de diminuta, deve ser qualificada como bem empregada e frutífera.

A **moralidade pública** ainda deixou a desejar, felizmente não ocorreram graves crimes. Este estado pouco satisfatório se deve atribuir como causa em primeiro lugar a falta do conveniente exercício da polícia e de uma força em que a autoridade possa se apoiar. O número de pessoas idôneas para o cargo de subdelegado e suplentes na povoação e ao mesmo tempo estabelecidas nas suas imediações, é limitadíssimo, e todos com boa razão procuram se afastar

de um cargo em geral desagradável, muito ingrato e penoso sobretudo nesta colônia com uma população de aproximadamente 8.000 almas, compostas de diferentes nações e disseminadas sobre a vasta superfície. A absoluta falta de uma força policial, que durante anos deixou a autoridade totalmente a mercê dos turbulentos e criminosos, foi remediada, pelo menos em parte, pela autorização da presidência, para que dois dos batedores de mato possam servir e ser empregados como policiais. Porém, quando for deliberada pelo Governo a cessação do serviço contra os bugres, as autoridades desta colônia serão de novo desamparadas! A construção de uma casa de detenção ou cadeia que sirva ao mesmo tempo de quartel aos policiais, é de grande conveniência, visto que a atual casinha, composta apenas de dois quatinhos, é inteiramente insuficiente para a população sempre crescente.

Pela Lei Provincial nº. 694 de 31 de julho de 1873, o antigo Distrito de Paz desta Colônia foi elevado à categoria de Freguesia, mas até agora não foi canonicamente provido pelo Ordinário, o que não deixa de ser um efetivo mal e prejuízo para a população, sobretudo na ocasião das eleições, que devem ser realizadas na capela da Freguesia de São Pedro Apóstolo, a qual, além de ameaçar desabamento, dista cerca de 2,5 léguas da sede da Colônia.

A **administração da Colônia** funcionou e correu regularmente, mas a escrituração e as escrituras sempre aumentaram e aumentam a ponto que, freqüentemente, foi e é difícil dar-lhes razão, embora as horas de serviço sejam prolongadas muito além do usual. Por esta razão me sinto constrangido por algumas vezes, em que se acumulavam amplas e urgentes escrituras, admitir um copista, a quem porém e em primeiro lugar tive de adestrar e que percebia a diminuta diária de 1\$500. Tendo eu desde anos solicitado o aumento das gratificações dos dois feitores ou escriturários Theodoro Kleine e Reinhold Freygang de 50\$000, que atualmente percebem, a 75\$000, infelizmente até agora não tive resolução a respeito. Não obstante julgo do meu dever de empregado e homem, sempre e sempre repetir, que não seria senão um ato de mera justiça, conceder-se a estes empregados o referido aumento de 25\$000 mensais. A vida nesta colônia é caríssima e não é possível, subsistir nela, com 600\$000 mensais, digo anuais, com família até diminuta, sobretudo considerando-se, que ao empregado público se exige certa decência no traje etc.; a gratificação de 50\$000, que com boa razão se pode qualificar de miserável, e em nenhuma proporção com o serviço exigido e prestado - qualquer medíocre falquejador de madeira ganha o mesmo e um medíocre oficial de pedreiro etc. não se contenta com ele!

O serviço de **medição e demarcação de terras**, enquanto ficou a cargo da Diretoria, teve a sua sofrível marcha, satisfazendo às mais urgentes necessidades, contudo ainda deixou muito a desejar, como eu por diferentes

vezes o tenho ponderado ao Ministério da Agricultura por intermédio da presidência. No fim de novembro tive que suspender completamente, em conformidade com os avisos da presidência e das participações do engenheiro M. D. Pinto Braga, chefe da comissão existente nesta colônia, todos e quaisquer serviços pertencentes a este importantíssimo ramo de administração, ficando este desde aquela época até hoje completamente parado, causando sério prejuízo na regularidade desta administração. Como sobre estes negócios a meu modo de encará-los já por diferentes vezes e por extenso representei, restrinjo-me a estas breves observações, repetindo somente, que é de máxima urgência, introduzir neles a ordem, regularidade e estabilidade, uma vez que desde há mais de quatro anos tenho solicitado, mas ainda hoje faltam.

A **Junta Colonial** continuou a funcionar regularmente até o terceiro semestre, digo, trimestre do ano, quando a presidência, requisitou da Tesouraria da Fazenda e determinou que a Diretoria deva recolher ao cofre desta última repartição no fim de cada trimestre as quantias cobradas por conta das vendas de terras, reembolso de dívidas e outras receitas. Estas quantias que até a dita época e em conformidade com o artigo 23 do regulamento das colônias, pela Junta e Diretoria, precedendo as competentes autorizações da presidência, sempre haviam sido empregadas para obras e serviços internos da colônia. Os membros da Junta, considerando-se os menos prestigiados pela referida determinação e nas atribuições que o regulamento lhes concede e diminuídos à qualidade de meros figurantes, pediram em conjunto sua exoneração, passo este, que contudo por hora consegui dissuadi-los, evitando assim um ato, que não teria deixado de causar ruído e ser aproveitado, nas jornadas dentro e fora do Brasil, para maliciosas declarações. Desde então, porém não se celebraram mais sessões regulares. Pode ser que do ponto de vista meramente fiscal, fosse justificada a reclamação da tesouraria; mas eu me permito opinar que nossa colonização, no ponto em que ainda se acha, deveria ser encarada e tratada de um ponto de vista mais geral e elevado e não daquele, que talvez compete a um coletor. E também não posso deixar de lastimar que, pela referida determinação *virtualmente* foi suprimida a Junta e sua atividade, instituição esta que, se de um lado teve e tem os seus inconvenientes e imperfeições, de outro lado também prestou e está no caso de, em todas ou quase todas as colônias, prestar úteis e reais serviços. Ao mesmo tempo que ela serve de freio às extravagâncias, arbitrariedades, atos irregulares e despóticos dos diretores, exercendo sobre eles uma indireta e muitas vezes salutar fiscalização. Mas por esta mesma razão esta instituição parece odiada por muitos e sobretudo por aqueles que, como diretores, logo se consideram com *régulos* e como tais querem “querer e mandar”.

O **Culto Católico** por falta de um cura, infelizmente teve o exercício só uma vez na primeira metade do ano, ficando a Colônia visitada por um missionário jesuíta, Pe. João Maria Cybeo, que nela se demorou uma série de dias, distribuindo os sacramentos e pregando de uma maneira que, segundo as participações que eu mesmo recebi, – sou protestante e estimo ser bom brasileiro! – não lhe podia negar aplausos, contrastando portanto seu proceder nesta colônia singularmente com aquele, que mostrou ou se lhe atribuiu em Lages. Na segunda metade do ano a Colônia foi paroquiada por diferentes vezes e visitada pelo Pe. Boegershausen, vigário de Joinville, tendo ele, às minhas instâncias, enfim nomeado Cura pela competente Cúria Episcopal. – É desejo que a colônia tenha no ano de 1875 seu próprio e definitivo Cura ou Vigário.

O **Culto Evangélico** teve seu regular exercício.



Colônia Blumenau - 1869

- **Blumenau e seus festivais;**
- **Blumenau e suas fábricas**

BLUMENAU E SEUS FESTIVAIS

As promoções artístico-culturais realizadas em Blumenau gozam de merecida fama nos mais recônditos rincões brasileiros. Suas festas sociais, suas programações e suas competições, granjearam-lhe fama merecida e justa. E em cada uma delas, para cá acorrem turistas dos mais longínquos rincões, para assistirem e aproveitarem os divertimentos programados.

Em 1967 iniciou-se uma nova fase referente a essas festividades. No majestoso pavilhão da COEB, localizado no bairro da Velha, realizou-se o I Festival da Cerveja de Santa Catarina, cujo êxito só foi suplantado pelo II, realizado no início deste ano. Agora, dentro dos próximos dias, estará se realizando um outro festival, o I Festival da Canção do Vale.

FESTIVAL DA CERVEJA

A exemplo dos festivais que se realizam, anualmente, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras grandes capitais brasileiras, resolveu o Centro Catarinense na Guanabara trazê-la a Blumenau, cidade interiorana que disputa com capitais de estados a preferência de turistas.

Em fevereiro de 1967, com as dependências do Pavilhão da COEB², literalmente tomado, realizou-se o I Festival da Cerveja de Santa Catarina, com atrações até hoje inesquecíveis.

* Fonte: Jornal "Cidade de Blumenau", de 02 de julho de 1968.

² COEB – Comissão Organizadora de Exposições de Blumenau, instituída pela lei nº. 1274, de 17-9-1964. Posteriormente foi instituída a Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB, em 17 de dezembro de 1969, conforme Lei nº. 1625.

Este ano, na mesma época do ano, com maior sucesso ainda, realizou-se o II Festival que empolgou sobremaneira toda a nossa região, fazendo vir para cá um número considerável de turistas.

Duas bandas tipicamente alemãs, uma do Rio dos Cedros e outra de Brusque, animaram ininterruptamente os três dias de festa, que acusou um consumo impressionante de cerveja, das mais diferentes marcas.

Durante três noites consecutivas blumenauenses, catarinenses em geral e brasileiros que aqui se encontravam em viagem de turismo, beberam cerveja, dançaram e comeram comidas típicas alemãs, numa euforia e alegria formidável.

Auspiciado pela Prefeitura Municipal, prestigiado pela presença das mais expressivas figuras do mundo social e administrativo da região, os dois festivais da cerveja aqui realizados, se constituíram em êxito invulgar, assegurando indefinidamente a sua realização, anualmente, em Blumenau.



Candidatas ao título de Rainha do VI Festival da Cerveja, realizado em 1972 no Pavilhão da COEB (atual PROEB). Foi eleita rainha da festa a srta. Diana Heusi.

FESTIVAL DA CANÇÃO

No dia 6 de julho corrente, no mesmo local onde se realizaram os dois festivais da cerveja, estará se realizando um novo acontecimento – o I Festival da Canção do Vale.

Organizado por blumenauenses e tendo por finalidade divulgar compositores e canções do Vale, o mesmo reunirá, para julgamento, naquela data e local, nada menos do que cinco dezenas de canções, criadas por compositores ou residentes no Vale.

Orquestras, conjuntos, músicos, cantores e compositores, vivem, presentemente, instantes de euforia e entusiasmo, aguardando o grande dia, que haverá de servir como marco a uma era nova de trabalho artístico, com a revelação de novos expoentes musicais de nossa região.

A Prefeitura Municipal de Blumenau, sempre disposta a colaborar com empreendimentos deste porte, destinados a impulsionar e oportunizar meios de cultura e divulgação de Blumenau, imediatamente se incorporou à promoção, auspiciando parte de sua realização.

Assim, dia 6 de julho, frente a um público que deverá lotar o pavilhão da COEB, estará se realizando o primeiro de uma série de festivais novos, que visam incentivar os nossos compositores, os nossos cantores, os nossos músicos, a ponto de oportunizar os meios e os recursos capazes de revelá-los ao mundo musical brasileiro.

É uma era que Blumenau inaugurará. Uma era de desenvolvimento artístico-cultural eficiente e dinâmico, capaz de revelar esta outra faceta dos nossos artistas.

BLUMENAU E SUAS FÁBRICAS

Blumenau é conhecida, por todos os quadrantes do Brasil, por fabricar malhas, tecidos, toalhas e, possivelmente, pela fabricação de chocolates.

O que pouca gente sabe, mesmo os que aqui residem, é que dentre todas estas, Blumenau fabrica até... vejamos... termômetros... barômetros ou, artefatos de asas de borboletas!

Blumenau cresce a olhos vistos e, não só pelos seus artigos tradicionais, pelos quais é conhecida em todo o Brasil e grande parte do mundo.



Rua Quinze de Novembro na década dos anos 60

A título de ilustração e, também, para melhor informar àqueles que pouco sabem, ou nada sabem, citaremos alguns produtos que também fabricamos com grande orgulho e que, juntamente com os demais, ajudam a escrever a História do progresso de uma cidade: acolchoados, artefatos de metais (pregos ornamentais, tachas, percevejos etc.), artefatos de cimento de couro e madeira, chinelos, balas, aguardente, aparelhos elétricos, biscoitos, bebidas, bijuterias, calçados, roupas feitas, flores artificiais, flâmulas, plásticos para propaganda, móveis e balcões frigoríficos, fécula, estopas, instrumentos técnicos, guarda-chuvas e sombrinhas, instrumentos de precisão, móveis de aço, esquadrias, casas pré-fabricadas, luvas, ferramentas, graxas e vernizes, móveis de junco e de ferro, ceras, sabão, venezianas, fossas sanitárias, fundição de metais, tecidos de várias qualidades, malhas de lã, seda, algodão e dos materiais modernos afeitos à fabricação, aros para bicicleta, arruelas e parafusos, máquinas de lavar roupa, carimbos de borracha, aparelhos de iluminação, caixas de papelão trabalhos em off-set, chapéus de feltro, tamancos, chapas prensadas, mostarda, manilhas, ferramentas agrícolas, aparelhos ortopédicos, ladrilhos, espelhos, produtos laticínios, queijo, manteiga, caseína, salsichas, gazes medicinais, gaitas de boca, pianolas e pianolas-órgão, instrumentos musicais os mais diversos, tinta para carimbos, vidros diversos, cristais, cadarços, etc. e, se você pensar em alguma outra coisa, **Blumenau faz!**

O barranco do Itajaí Açu

TEXTO:

SIEGFRIED
CARLOS
WAHLE*

O rio Itajaí Açu não tem um leito homogêneo. Quando chega à altura de Itoupava Seca, deixa de ser caudaloso e torna-se navegável até a cidade de Itajaí, onde desemboca no Oceano Atlântico. A diferença de nível na parte navegável é de 9m. A entrada dos navios em épocas de maré baixa era dificultada, em virtude do freqüente assoreamento na desembocadura. Tal assoreamento obrigou à realização de grandes obras de canalização, fazendo com que a areia fosse levada para fora e não ficasse retida na desembocadura durante a maré baixa.

No porto de Itajaí foram realizados trabalhos de canalização para que o mesmo pudesse ter condições de receber navios internacionais de maior calado. Embora o rio fosse navegável de Itajaí até Itoupava Seca, em diversas passagens, em tempos de estiagem, aparecem pedras no meio do leito, permitindo ainda a navegação pelos canais que se formam lateralmente. Uma das razões do assoreamento na desembocadura é a erosão que os barrancos sofrem nas partes em que o rio não possui embasamento de rochas, levando a parte erodida até a desembocadura.

Quando o rio passa por Blumenau faz uma volta em ângulo agudo, que motivou o nome *Ponta Aguda*. Esta volta atua como um freio ao fluxo das águas, fazendo com que uma parte siga rio abaixo e outra volte rio acima até chegar à altura das rochas (que aparecem nos fundos da antiga Casa São José¹), hoje cobertas pela ponte de concreto armado. Segundo o projetista da ponte, este local foi escolhido, por apresentar as condições mais favoráveis para a construção dos pilares. Cerca de 30m rio abaixo, forma-se um forte redemoinho, pelo confronto das águas que descem o rio, e as que voltam rio acima, vindo da curva do rio.

* Colaborador da revista "Blumenau em Cadernos".

¹ Neste local, atualmente está localizada a Praça João Mosimann, na Rua Quinze de Novembro.

Este movimento das águas provocava uma erosão na margem direita do rio nos fundos da antiga Livraria do Wahle², da antiga Varanda Toenjes, da Relojoaria Baier, até os fundos da antiga casa Paul Hering³, onde recomeça o embasamento rochoso. Nos fundos da Livraria do Wahle, em determinadas épocas, o barranco chegou a sofrer uma erosão de aproximadamente 3m. A conseqüência desta erosão foi o avanço das terras dos domínios da União em 3m, em prejuízo das terras de posse daquela Livraria.

O redemoinho era muito intenso, e em plena estiagem chegou a tragar uma vida humana. No início de 1930, numa orgia aquática, regada a álcool, no porto de canoas do Sr. Seibel, do outro lado do rio, onde ele era raso, participava o farmacêutico prático que trabalhava da Farmácia Oncken, o sr. Gerlach. Querendo retornar, tentou atravessar o rio a nado. Repentinamente, já sem pé, começou a debater-se e gritando por socorro. As pessoas começaram a acumular-se nas margens do lado da Rua Quinze, sem nada poder fazer. Uma canoa, saindo do porto de canoas de Paul Hering, tentou alcançá-lo, porém em vão, pois enquanto o Sr. Gerlach vinha se debatendo o redemoinho o tragou, e não mais reapareceu na superfície do rio.

Tentando impedir a progressão da erosão, foi construído um muro de arrimo, por um prático de obras deste gênero. Não faltava boa vontade, o que entretanto faltava era uma sonda para medir a profundidade em que se situava a rocha. Este muro de arrimo, sem embasamento, depois de pronto afundou. Por tentativa foi construído outro, alguns metros mais acima, com o mesmo resultado. A sugestão seguinte foi jogar pedras grandes junto à borda do rio e com isto contar que a erosão cessasse. Antes, porém de começar, procedeu-se a algumas medições, constatando-se que a profundidade do rio próximo ao barranco era de aproximadamente 12m. Esta profundidade inviabilizou esta tarefa. Nesta ocasião passou por Blumenau um engenheiro, especialista em mecânica dos solos e responsável pelo projeto da ponte metálica ferroviária, que analisando o embasamento do rio, chegou à conclusão de que a casa da Livraria ainda deveria estar sobre rocha e esta se estendia cerca de 4m além da casa e, quaisquer outras iniciativas, seriam obras dispendiosas. Como Blumenau teria que executar um dia uma avenida Beira Rio, sendo esta uma obra pública, seria executada sobre as terras dos domínios da união, e que daria proteção às terras sujeitas à erosão. Foi o que aconteceu.

² Atualmente, neste local, está localizada a Tunga Choparia, na Rua 15 de Novembro.

³ Atualmente, neste local, está localizada a Livraria Koerich, na Rua 15 de Novembro.

Modernidades

TEXTO:

**URDA ALICE
KLUEGER***

Criei-me no tempo das rádios, grandes rádios com o interior cheio de válvulas que apagavam e acendiam, que precisavam “esquentar”, e que, no meio de muita estática, traziam até as nossas casas a Rádio Clube de Blumenau e a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, entre outras. Os rádios eram enormes, contidos dentro de grandes caixas de decoração rebuscada, e, apesar de serem popularmente chamados de “caixão-de-abelha”, eram, sem dúvida, a principal peça que compunha a sala-de-visitas de uma casa.

Lá por volta de 1960, porém, os rádios começaram a mudar. Foi uma verdadeira revolução nas comunicações e nos hábitos das pessoas, só comparável, creio, ao surgimento do telefone celular, 30 anos depois. O que aconteceu foi que surgiu o rádio de pilha.

Ter um rádio de pilha, na época, era questão de status, bem como foi o telefone celular nos seus primeiros dias. “Gente bem” tinha, obrigatoriamente, de andar com seu rádio de pilha, quanto mais pequeno mais chique, radinhos de pilha dentro de capinhas de couro marrom cheia de furinho, com alças de couro que permitiam que fossem usados pendurados ao ombro. Era o começo dos tempos de consumismo no Brasil, e ter um rádio de pilha passou a ser ponto de honra, bem como aconteceu com o telefone celular nos seus primeiros tempos.

Muita coisa aconteceu no alvorecer na nova era dos rádios de pilha. Ouvia-se, na época, os jogos de futebol nos velhos rádios cheios de estática. Ou ouvia-se no rádio, ou ia-se no estádio. Como se ter certeza se o locutor do futebol estava transmitindo o jogo fielmente? Com o rádio de pilha, foi possível conferir. E quem tinha um rádio de pilha, ia ao estádio com ele, e ouvia e via o jogo ao mesmo tempo, e depois podia apontar todas as falhas dos locutores.



* Escritora e membro da Academia Catarinense de Letras.

Esses conferentes viravam os donos da razão, como todo o círculo de pessoas a ouvi-los, boquiabertas por terem de desacreditar dos seus locutores de confiança.

O Brasil tinha sido campeão em futebol em 1958 – coincidindo com a chegada do rádio de pilha, esteve em Blumenau, para jogar com o hoje extinto Palmeiras Futebol Clube, nada mais nada menos que o Santos de Pelé, com Pelé e tudo. Pelé, na época, só perdia para Deus em popularidade, e creio que isto não mudou muito ao longo de quase quatro décadas. Ver Pelé jogar no nosso campinho sujeito a enchentes tornou-se quase questão de vida ou morte para os blumenauenses de antanho e, quem pôde, foi ver o jogo. O Santos surrou o Palmeiras por alguma coisa como 8 a 1 (lembro bem dos comentários, que o Santos permitira o Palmeiras fazer o gol de honra), e na manhã seguinte a fofoca corria solta na nossa rua. O problema não era ter perdido de goleada dos Santos, claro que não, era quase uma honra perder-se por muitos gols para o time do Pelé. A grande discussão era a respeito dos donos dos rádios de pilha, que diziam que tinham estado no campo vendo o jogo, ao mesmo tempo que ouviam a transmissão radiofônica nos seus radinhos, e que apontavam os muitos erros dos locutores esportivos emocionados com a presença de Pelé.

Até hoje não sei qual foi a verdade, mas alguns dos nossos vizinhos foram taxados de mentirosos. Dizia-se que fulano e sicrano tinham ficado em casa, ouvindo o jogo pelo rádio, e que só para “aparecer”, para deixarem bem claro que possuíam rádios de pilha, tinham inventado aquela história de que tinham estado no campo conferindo o trabalho dos repórteres. Penso, hoje, que provavelmente toda essa encrenca derivou da inveja de moradores que morriam de vontade de ter ido ver Pelé e não o puderam fazer, coisa mesquinha em qualquer dos casos.

Nos seus primórdios, o rádio de pilha movimentou energias e opiniões. Mais tarde, quando já estava popular, virou companheiro e amigo. Meu pai deu-me um quando eu já era uma mocinha, moderno rádio com linda capa de couro preta e longa e flexível antena embutida, sofisticado rádio com três faixas de ondas. Eu dormia e acordava com ele, e nele ouvia os Beatles e todos os sucessos da Jovem Guarda, e nele ouvi todas as notícias do Projeto Gemini, e, afinal, a chegada do homem na lua, em noite esquecida lá na minha adolescência. Usei aquele rádio em todos os momentos, até ele não prestar mais, e tenho certeza de que ele foi a coisa mais chocante que o meu pai podia ter me dado, depois da vida, é claro.

Essas modernidades do passado hoje são coisas sem valor, mas como alegraram e movimentaram a nossa vida na época!

Concurso de
robustez
infantil: um
olhar sobre a
política
eugenista em
Blumenau

Texto:

VIEGAS
FERNANDES
DA COSTA*



1 - INTRODUÇÃO

O historiador, procurando aprofundar-se na compreensão da realidade que o cerca e em que se insere, lança seu “olhar epistemológico” aos mais diversos elementos constituintes dessa realidade. Não mais procura uma História absoluta e absolutizadora, não mais o resgate de heróis criados pelo e/ou para o imaginário social, não mais o agrilhoamento à ditadura dos documentos (arautos de uma “verdade” que hoje se questiona), não mais a procura pela figura fundante da personagem. E nesta perspectiva abrem-se novas possibilidades para a pesquisa histórica, inserindo-se novos elementos/objetos a serem trabalhados pela historiografia, e, dentre estes, está o corpo.

Neste breve artigo pretendemos lançar um olhar historiográfico sobre o corpo, compreendido como espaço de disputa privilegiado pelos diagramas de poder, dentro de uma realidade local – a sociedade blumenauense. Mas de uma localidade que não se basta em si mesma; de uma localidade que se encontra mergulhada na globalidade que a contém (neste caso podemos falar da sociedade brasileira ou até mesmo dos diagramas de poder, que estão muito além da sociedade brasileira, mas que a constituem).

Assim sendo, citamos Roy Porter quando escreve que o corpo deve ser enxergado da forma como ele é vivenciado e expresso dentro de sistemas culturais particulares¹, mas ao tratarmos do corpo em Blumenau vamos introduzi-lo na realidade temporal e espacial brasileira. Principalmente porque não se pretende aqui uma “história do corpo em Blumenau”, mas tão somente tratá-lo na historiografia local em um de seus “aparecimentos”: o Concurso de Robustez Infantil.

* Discente do Curso de História na FURB.

¹ PORTER, Roy. Apud. COSTA, V.F. COMPREENDENDO OS CORPOS DIFERENTES: Para uma história da deficiência em Blumenau, 1998, p.2.

2 – CORPO E PODER

Antes de tratarmos do Concurso de Robustez Infantil, precisamos definir qual o entendimento que fazemos do corpo, como o trataremos e conceituaremos.

Como já dissemos em outra oportunidade², a historiografia deve objetivar a desnaturalização do corpo. Com isso não se quer dizer que o corpo esteja desprovido de uma naturalidade, não seríamos tão inocentes em afirmá-lo, mas que muito além de ser algo natural, é o corpo construído pela percepção que temos dele. Percebemos o corpo e, percebendo-o, automaticamente o classificamos, mensuramos, qualificamos, julgamos, possibilitados pelos diagramas de poder que são próprios à cultura a que pertencemos. É neste contexto que se pode afirmar que o corpo é uma construção cultural, não porque biologicamente tenha se arquitetado culturalmente, mas porque só pode existir para nós perante a percepção que temos dele; percepção esta também uma construção cultural. Define-se aqui então o primeiro elemento que compõe o nosso conceito de corpo: o corpo como um elemento da cultura, construído pela cultura, existindo na percepção que os sujeitos culturais fazem dele.

Sendo assim, cada cultura, em cada momento histórico, poderá desenvolver “olhares” originais sobre o corpo, dando-lhe diferentes construções, porque na ação perceptiva constrói-se também um ideal de corpo. O “corpo ideal”, construído por olhares e por práticas modeladoras que acompanham estes olhares, servirá a determinados fins, sendo que aqueles que se distanciam do arquétipo corporal, do normal, serão vistos como anormais³. E aqui definem-se mais dois elementos do conceito que fazemos do corpo: o corpo histórico, em constante devir, e o corpo normatizado.

Ao tratarmos o corpo como um elemento cultural, histórico e passível de normatização, devemos compreendê-lo também como um elemento político já que se relaciona com o poder. Poder este que não possui uma essência definida, fixa, imutável, mas estabelece-se como uma relação entre sujeitos sociais influenciando, ou até mesmo determinando, ações comportamentais. Segundo Mário Stoppino, o “poder não reside numa coisa (no dinheiro, no caso), mas no fato de que existe um outro e de que este é levado por mim a comportar-se de

² COSTA, V.F. Ibidem. O referido artigo foi apresentado no “VII Encontro Estadual de História”, realizado no mês de setembro de 1998 em Florianópolis, e reapresentado, com algumas modificações, na “VI Semana de História”, realizada na FURB em novembro do mesmo ano.

³ Aqui chamamos a atenção para o normal, que não se constitui como natural. O normal define-se pela norma. O corpo normal é, portanto, o corpo normatizado.

acordo com os meus desejos.”⁴ Gostaríamos de ampliar este conceito de Stoppino dizendo que mesmo este “outro” que exerce um determinado poder (pois poder não se detém, apenas se exerce) age dentro de algum diagrama de poder. A existência deste “outro” é autorizada por um poder horizontal, um poder que se manifesta, mesmo que imperceptível às relações cotidianas, em todos os pontos da sociedade e, dentre estes pontos, o corpo. Não queremos, no entanto, afirmar aqui a inexistência de um poder vertical, mas sim, dizer que até mesmo a existência de uma concepção que imprime a verticalidade ao poder é possibilitada pela existência de um diagrama de poder, de uma horizontalidade que permite a existência daquele que se julga dominado e daquele que se julga dominador, da “verdade” científica com todos os métodos de análise e comprovação e dos saberes popular e mítico, também detentores de “verdades” próprias.

Esta discussão sobre o que compreendemos por poder justifica-se no fato de compreendermos o corpo também como um espaço de poder. Um espaço tomado por poderes que o constroem e moldam através de estratégias morais, higiênicas, políticas; e ainda, como um espaço que pode exercer um poder tanto de ruptura com um determinado diagrama quanto de aceitação e reprodução (mesmo que inconsciente da existência de um poder horizontal) deste mesmo diagrama de poder. E aqui, então, apresenta-se mais um elemento do conceito que fazemos de corpo: o corpo como um elemento político dotado de uma espacialidade na qual se manifesta o poder, ou melhor, o corpo como um espaço de poder.

3 – O CONCURSO DE ROBUSTEZ INFANTIL E A SUA INSERÇÃO NO IMAGINÁRIO TOTALITÁRIO

Michel Foucault⁵ escreve que a partir do século XX, com o intenso desenvolvimento industrial, surge uma grande preocupação com os problemas da velhice, das enfermidades, das incapacidades de trabalhar etc, e a biopolítica vai procurar implantar instituições de assistência mais econômicas e racionalizadas, desvinculadas da Igreja. São levantados, a partir de então, três campos de intervenção da biopolítica: na dinâmica populacional, dando origem à higiene pública, na implantação de instituições assistenciais, e no estudo das relações entre a população e o meio que habita. É desses espaços que a biopolítica ex-

⁴ STOPPINO, Mário. In. DICIONÁRIO DE POLÍTICA, 11ª. ed., 1998, v.2, p. 934.

⁵ FOUCAULT, Michael. GENEALOGIA DEL RACISMO. Na página 251 o autor escreve: “tras la anatomia política del cuerpo humano instaurada en el siglo XVIII, a finales de esse mismo siglo se ve aparecer algo que yo llamaría una bio-política de la especie humana”.

trairá o seu saber e definirá o seu campo de intervenção, trazendo consigo o biopoder, que é justamente aquele que *faz viver e deixa morrer*.



A biopolítica trabalha com o elemento população. Ela até pode agir sobre os indivíduos, mas sempre visando uma alteração dos dados globais, procurando sempre uma regularidade, um equilíbrio, uma média. É aí que se constata a diferença entre o poder exclusivamente disciplinar, que age sobre os indivíduos, e o biopoder, que age sobre as populações; permanecendo claro que o poder disciplinador não desaparece com a biopolítica já que esta fará uso do racismo⁶. Assim, o biopoder, próprio da biopolítica, admite a morte do “perigo biológico”, o que permite o fortalecimento da população, a “melhoria” da raça. É neste contexto

que inserimos a eugenia, já que seu objetivo principal visa o “melhoramento” da raça; e não é de se estranhar que os grandes debates sobre a eugeniação no Brasil, inclusive com a realização de congressos, intensificam-se nas décadas de 1910 e 20⁷, sendo que a radicalização da política de eugeniação do povo bra-

⁶ O racismo permite que “se quieres vivir, el outro debe morir (...), (e que) la muerte del otro (...) de la raza inferior (o del degerado, o del anormal, es lo que hará la vida más sana y más pura”. Ibidem. pp. 264-265.

⁷ Cf. ROQUETTE-PINTO, Edgar. ENSAIOS DE ANTROPOLOGIA BRASILIANA, [1933] 1978.

sileiro ocorre nas décadas de 30 e 40⁸.

Eliane de Freitas Dutra, no seu livro “O Ardil Totalitário”, mostra a existência de uma mentalidade totalitária que se manifestou com muita intensidade no Brasil a partir de 1930, intensificando-se depois de 1937, quando surge o Estado Novo. Não uma mentalidade fruto de alguma ideologia, pelo contrário, eram as ideologias que derivavam da mentalidade totalitária. A autora coloca muito claramente que tanto o comunismo, quanto o integralismo (tão forte em Blumenau) e o getulismo, pertenciam a esta mesma mentalidade, uma vez que seus discursos e estratégias estruturavam-se sobre a família, a pátria – vista como a grande mãe e pela qual se deveria morrer caso fosse necessário – , a ordem, a racionalidade e, fundamentalmente, a unidade da nação – da qual derivavam todos os outros elementos. Uma unidade que pretendia a homogeneização do pensamento e do corpo do povo brasileiro. Daí a exclusão dos corpos diferentes e a defesa do racismo e da eugenia. A autora escreve que no final da década de 30 coloca-se em prática

“uma política sistemática de aprimoramento físico, a ser empreendida pelo Estado, com nítida inspiração fascista, e com vistas à moralização do corpo, à eugenia da raça, à disciplina do trabalhador e que o autor (Alcir Lenharo) designa apropriadamente de militarização.”⁹

Também o antropólogo Edgar Roquette-Pinto, em seu livro “Ensaio de Antropologia Brasileira”, originalmente escrito em 1933, manifesta a necessidade de se pôr em prática uma política de melhoramento da raça brasileira. E, segundo este autor, eram as necessidades da incipiente industrialização, que exigia um novo trabalhador, diferente do trabalhador do campo, um trabalhador que se adaptasse ao ritmo da máquina, que tornavam necessária a discussão sobre a “eugenia da raça brasileira”.

É também sobre o importante papel da industrialização na modelagem de corpos úteis e normais que recai a análise de José Carlos Grandó em seu livro “Sacralização do Corpo”. Grandó estuda o papel da Educação Física como elemento de uma política totalitária no projeto nacionalista brasileiro:

⁸ Estas afirmações justificam-se através das obras de ROQUETTE-PINTO (Ibidem); José Carlos GRANDÓ, SACRALIZAÇÃO DO CORPO: A Educação Física na formação da força de trabalho brasileira, 1996; Eliane de Freitas DUTRA, O ARDIL TOTALITÁRIO: Imaginário político no Brasil dos anos 30, 1997; e André Luiz JOANILHO, O CORPO DE QUEM TRABALHA: Estratégias para a construção do corpo do trabalhador, 1996.

⁹ DUTRA. Op. cit. p. 192. O grifo é nosso.

No entanto este “Projeto Nacionalista” norteou o delineamento de políticas educacionais onde incluía a Educação Física, que passou a representar para os ideólogos da época um poderoso instrumento para auxiliar o fortalecimento do Estado e um possante meio para o aprimoramento da raça brasileira. Este aprimoramento da raça se fazia necessário, pois uma população com características agrícolas não era suficientemente preparada fisicamente para defender a pátria dos “perigos externos” como também não era qualificada ao sistema produtivo que se implantava.¹⁰

Através do livro de Eliane de Freitas Dutra¹¹, conclui-se que a política totalitária elaborou (e em muitos casos importou, dos Estados Unidos principalmente) toda uma metodologia científica¹² que objetivava disciplinar o trabalhador: seu corpo, os gestos, o tempo e seus discursos. Visando a racionalização do trabalho e a ampliação da sua produtividade, passou-se a cronometrar o tempo de execução de cada tarefa desenvolvida pelo operário, a estudar os seus movimentos a fim de torná-los mecânicos e fazendo com que o dispêndio de energia fosse o menor possível, e a adaptar o trabalhador à máquina. Dutra coloca que essa racionalização do trabalho, visando o aumento da produtividade, transforma-se em algo muito mais amplo a partir do momento em que abarca a higiene sanitária e moral pretendendo a eugeniação da raça. Uma raça forte era garantia de maior produtividade. Neste contexto a autora cita o geógrafo José Magarinos, que em 1935 afirmava a necessidade do Estado educar o seu povo e segregar todo indivíduo que pudesse causar algum risco à “perfeita evolução da espécie”. Nota-se isso quando escreve que

“para a ampliação das garantias em prol da eugenia e, portanto, da felicidade da raça e da sua durabilidade, mister seria, outrossim, propugnar com absoluta veemência pela incapacidade matrimonial dos degenerados, dos oligofrênicos, depois de certo grau, dos doentes mentais (...), e sobretudo dos que manifestam doenças cuja herança é conhecida e conduz à formação de família desequilibrada. Assim, teremos a educação em paralelo com a civilização e, na economia social, o homem encarado como verdadeira unidade perfeitamente rígida, capaz de produzir e muito viver.”¹³

¹⁰ GRANDO. Op. cit. p. 61.

¹¹ Op. cit.

¹² Metodologia esta que tem início no século XIX, fruto da deificação do discurso científico. Sobre este tema conferir também SOARES, Carmen Lúcia. IMAGENS DA EDUCAÇÃO NO CORPO, 1998 – principalmente a parte 2.

¹³ José Magarinos. Apud DUTRA. Op. cit. p. 354-355.

Interessante notar que Edgar Roquette-Pinto, em 1933, afirma¹⁴ a existência de estratégias eugênicas, não só no Brasil, mas em todo Ocidente. A estratégia eugênica que comenta é a dos concursos de beleza. Segundo Roquette-Pinto o concurso de miss não tem por objetivo escolher o tipo humano mais comum, mas o “tipo ideal”. O Brasil, com toda a sua herança negra, não poderia eleger uma negra ou mulata para representá-lo em concursos internacionais de beleza, já que o “tipo ideal” desejado era o da pessoa branca.

Concursos de beleza, como os que escolhem as misses, não pretendem a escolha da mulher mais bela, mas da “mulher ideal”. E esta escolha não se dá apenas através das opiniões pessoais dos jurados, ela se dá dentro de uma racionalidade que constrói critérios de análise. Um dos critérios é o uso da antropometria, isto é, quanto mais próximo dos padrões antropométricos predeterminados estiver um indivíduo, mais próximo estará do “corpo ideal” desejado pelos diagramas de poder.

O caráter eugênico dos concursos de beleza reforça-se ainda mais quando Roquette-Pinto diz lamentar a ausência das filhas e filhos do proletariado nos concursos de beleza:

*Precisamente entre senhoritas que trabalham, eu desejaria, na qualidade de humilde estudioso da raça, ver escolhidas as misses de todos os Estados. São elas as futuras construtoras das gerações; são as “proletárias”, donas do ventre bendito de onde sairá o Brasil dos nossos netos.*¹⁵

É neste sentido de estratégia eugênica dado aos concursos de beleza que se insere o “Concurso de Robustez Infantil”, realizado em Blumenau no ano de 1949¹⁶, em alusão à Semana da Criança. Ao se instituir um concurso de robustez infantil fica bastante claro qual é o principal objetivo pretendido: a construção de um “corpo ideal” que se dá desde a infância. Ao se declarar uma norma, a robustez, e se instituir um modelo, a criança vencedora, declara-se também um “corpo deficiente” que, neste caso, será a criança não robusta. E a robustez, tal qual ocorre com a beleza, não é avaliada senão dentro de uma racionalidade. A criança vencedora não é aquela que parece ser a mais robusta aos olhos dos jurados; a criança vencedora é aquela que passou nos exames médicos e que mais se aproximou do “tipo ideal”.

¹⁴ Op. cit. cf. capítulo 3, p. 15-20.

¹⁵ ROQUETTE-PINTO. Op. cit. p. 17.

¹⁶ Semana da Criança em Blumenau: Instituído o Concurso de Robustez Infantil pela Prefeitura e 23º R.I. A NACÃO, Blumenau, 05, out., 1949, p. 6.

Então, para concluir, afirma-se aqui a inserção do “Concurso de Robustez Infantil” de 1949 na mentalidade totalitária que existia no Brasil. Mentalidade esta que deu vazão a um discurso que pregava o “Projeto Nacional” visando a “unidade da nação”. Uma unidade que se deveria atingir também pela tentativa de se construir um padrão de corpo brasileiro. Corpo este normatizado, ideal para a indústria e para a defesa da nação.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Viegas Fernandes da. **Compreendendo os corpos diferentes**: Para uma história da deficiência em Blumenau. In. VII Encontro Estadual De História. Florianópolis: ANPUH/SC, 1998.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário**: Imaginário Político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3 ed. Trad. por. Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **Genealogia del racismo**: De la guerra de las razas al racismo de Estado. Trad. por. Alfredo Tzveibely. Madri: La Piqueta, s/d.
- GRANDO, José Carlos. **Sacralização do corpo**: A Educação Física na formação da força de trabalho brasileira. Blumenau: FURB, 1996.
- JOANILHO, André Luiz. **O corpo de quem trabalha**: Estratégias para a construção do corpo do trabalhador. Londrina: UEL, 1996.
- ROQUETTE-PINTO, Edgar. **Ensaio de antropologia brasileira**. 2ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978.
- SEMANA da Criança em Blumenau: Instituído o Concurso de Robustez Infantil pela Prefeitura e 23º R.I. A NAÇÃO, ano VI, Blumenau, 05, out., 1949, p.06.
- SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da educação no corpo**: Estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas: Autores Associados, 1998.
- STOPPINO, Mário. Poder. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11 ed. Brasília: UnB, 1998, v. 2, p. 933-943.

Biografia

Restauro da residência do Dr. Victor Konder*

Texto:

*PROF. BRAULIO
M. SCHLOEGEL***



Como Dr. Blumenau foi o pioneiro, o desbravador Victor Konder foi aquele que mais amou Blumenau - foi o líder intelectual, o chefe amigo que lhe deu foros de invejável cidade e próspero município.

Nascido na foz do rio que dá nome ao vale onde está Blumenau, aos nove anos vem para Blumenau com seu irmão e amigo inseparável Adolfo Konder, estudar no Colégio Santo Antônio. Com passagem brilhante no largo de São Francisco em São Paulo onde fez o curso de Direito, retorna a sua terra natal para participar da campanha civilista liderada por Rui Barbosa.

Por volta de 1912 Victor Konder volta a Blumenau para cumprir sua grande missão. Acionando, como defensor da lei, a máquina da justiça, foi inicialmente, o advogado, o conselheiro municipal e, finalmente, o líder e dirigente de toda a vida municipal. Na grande fase de ação em Blumenau, foi colaborador de Victor Konder o juiz de direito da comarca, Dr. Pedro Silva, a quem se ligou pelos laços de eterna amizade.

Começando por dar consultas gratuitas, sobre questões de direito, Victor Konder adquiriu um profundo e completo conhecimento da gente, da terra, do clima social do blumenauense. Em pouco tempo, Blumenau e suas colônias sentiam-no como verdadeiro guia. E ele realmente o foi até que, no ano de 1922, vai substituir o seu irmão Adolpho Konder na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Viação e Obras Públicas do Governo Hercílio Luz.

Foi-lhe penoso deixar esta sua querida casa, situada num dos primitivos lotes, demarcados pelo Dr. Blumenau, seus companheiros de chopes e cervejadas,

* Discurso proferido no dia 16/03/99, na apresentação da residência restaurada do Dr. Victor Konder pela Berman S/A Eng. e Construções.

** Presidente da Fundação Cultural de Blumenau.

suas noites de bailes valseiros, sua banca, já nesta altura menos de advocacia do que de conselhos e conciliações entre os litigantes, tal seu prestígio em todas as classes sociais, o exercício de seu cargo predileto - Presidente do Conselho Municipal de Blumenau, de onde dirigia, praticamente com o auxílio dos Feddersen, Abry, Hering, Zimmermann, Weege, Deeke, Pellizzetti, Hennings e tantos outros da vida administrativa do município que, no dizer acertado do embaixador Edmundo da Luz Pinto, era o paradigma do município brasileiro. Por isso mesmo, lá, o Presidente Washington Luiz ouviu-o, eloqüente e sábio, em discurso sobre os meios de comunicação e organização municipal, que, ao final, lhe garantiu o honroso convite para ser de 1926 - 1930, Ministro de Estado dos Negócios e Viação e Obras Públicas. Saía assim pela primeira vez, ao seio de uma população colonial, um descendente próximo, para a alta administração da República.

Victor foi o fruto também da pujança, do esforço da organização do povo de Blumenau. Da Capital da República, do seu gabinete de Ministro da Viação de um Governo cujo programa era "Governar e construir estradas" continuou olhando todos os dias para sua Blumenau.

Com o pensamento nela Victor realizou uma notável gestão na pasta da Viação. Levou os trilhos da Estrada de Ferro Santa Catarina de Subida a Rio do Sul e Ibirama. Executou a sua idéia de reunir numa só repartição os Correios e Telégrafos. Ativou a construção do porto de Itajaí entre tantas outras obras.

Era um ministro simples e bom como o povo com que viveu e a quem serviu. Com a vitória da revolução de 1930, Victor foi exilado, vilipendiado, caluniado. Sofreu o que sofreram todos os homens que não se deixaram iludir nem mistificar com a nova ordem revolucionária, guardando fidelidade à ordem legal democrática.

Lá de longe, da praia do Estoril ou da Floresta Negra, de Munique ou Berlim, lugares onde viveu, curtindo a dor da saudade, tinha o coração no Brasil e, particularmente na sua Blumenau. De lá, deu conselhos, orientou, de um certo modo, continuou a dirigir.

Em 1933 regressa à Pátria. Blumenau acolhe-o com o maior carinho. Flores, saudações, palmas, abraços, lágrimas, tudo ele recebeu do seu povo. E como estava feliz! Viveu outra vez entre o seus! Continuou sua obra! Ser útil à sua cidade! Blumenau, porém, sofria, como todo o Brasil, a crise sócio-política, que nos atingiu depois da revolução. A descrença. O desânimo. A tristeza. O desequilíbrio. Victor Konder foi surpreendido por tudo isso. Uma grave enfermidade afastou-o da campanha eleitoral de 1933, para a escolha dos representantes à Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1935, seu município deu-lhe a última grande alegria. Foi o baluarte da legenda “Por Santa Catarina”. Com o golpe de 1937 afastou-se definitivamente das lides políticas. Começava em Santa Catarina a onda de nacionalização com fins políticos e métodos odiosos, que feriu tão fundamentalmente a moral e os brios dos descendentes da colonização alemã no Vale do Itajaí.

Victor correu a aplacar ódios, exigir dignidade, defender amigos, salvar a grande obra dos alemães e seus descendentes em Santa Catarina. Blumenau assistiu também a sua luta com a enfermidade que afinal o venceu no ano de 1941 com 55 anos de idade.

A restauração da residência de Victor Konder pela Construtora Berman resgata para a memória da cidade de Blumenau, no momento em que nos preparamos para os festejos do sesquicentenário, um monumento, um patrimônio que honrará as futuras gerações.

Parabenizamos a Berman S/A Engenharia e Construções pelo belo exemplo que nós dá, resgatando a Casa Victor Konder e também a todos que tornaram possível este presente para nossa Blumenau.



Residência do Dr. Victor Konder

1- Didymea resgata-se

Respondeu Marcos Konder (1882-1962) que o topônimo “Luís Alves” não homenageava **Luís Alves de Lima e Silva** (1803-1880) Duque de Caxias, e proclamado “Patrono do Exército Brasileiro” em 1962. Da informação confiável dei conhecimento o cel. Rosa (então comandante da unidade de infantaria que desde abril de 1939 estava em Blumenau). – O Luís Alves homenageado como topônimo municipal, era o nativo que emprestara o seu apelido de batismo ao rio pelo qual subiram imigrantes para o espaço onde o engenheiro Júlio Grothe assentou povoamento. Antigo era o rio e agradável no pronunciar era o nome. – O lugar pela Lei provincial nº. 895, de 31-01-1880 era “São Vicente de Paula” e assim chamado durou 23 anos quando a Lei municipal nº. 4, de 10-01-1903 mandou que chamado fosse “**Luís Alves**”.

Aqui aparece curiosidade indagativa se conhecimento se tem da religiosidade católica apostólica romana do imigrado italiano como do tirolês também. Recorde-se ao vôo do pássaro como modelo dos tantos pelos vales catarinas, aqueles que civilizaram o sertão de Blumenau nos abeiramentos do rio dos Cedros, onde atualmente, floresce progressista o município “**Rio dos Cedros**”. Pois os italianos chegados para “**Luís Alves**” aceitaram trocar o topônimo São Vicente de Paula pelo que pela troca ficou consagrado: “**Luís Alves**”. Se a troca fosse operada durante a vigência do getulismo nacionalizador como rótulo “Campanha de Naciona-

lização” que, com boa vontade e raciocínio desarmado, tudo aconteceu como fosse a aplicação de uma pedagogia de abasileiramento, estaria hoje entendida como violência contra a religiosidade: trocar o nome de um santo pelo de um mestiço que saber, não se sabe, se caboclo ou carijó. Como a lei municipal que legalizou a troca dos topônimos é de 10 de janeiro de 1903, se pode admitir a versão que nem todos os habitantes do lugar eram católicos e outras forças ataçaram. E também porque o nome do rio tão parceiro no processo civilizador, assentava bem e para os desinformados lembrava a figura do pacificador Duque de caxias, que em 1903 já não vivia.

Nem está fora de imaginação pensar que o nome **Luís Alves** é agradável de pronunciar: quando este distrito de Itajaí - SC, foi promovido à categoria de unidade municipal legalizado pela Lei nº. 348, de 21-06-1958, a cidade **Luís Alves** passou a ser relacionada com as demais brasileiras. Quanto a não mostrar-se desenvolvida, é assunto comentado pelo catarina José Arthur Boiteux (1865-1934) e outros que atribuíram ao pouco esforço do seu diretor o eng. Júlio Grothe, que, exatamente, nela aplicou a engenharia de localização da Colônia e divisão da área territorial em lotes. E a prova de tal responsabilidade do referido engenheiro apresentava não ter domicílio e residência em Luís Alves. E sim em Itajaí. Não é alegação convincente. Sabe-se que Luís Alves era a banda norte do território de Itajaí. E nele ficou 81 anos (1877-1958). O ser da microrregião de Blumenau é uma imposição da geografia.

O engenheiro Julio Grothe dirigiu os negócios da Colônia e Didymea **Lazzaris** de Oliveira resgata a memória: **Por um pedaço de terra “Luís Alves”**. *Este é o título inscrito na Bibliografia catarinense desde 1997. Apareceu com responsabilidade da Universidade do vale do Itajaí fonte editorial ativa e responsável.*

Os Lazzaris ancestrais de Didymea, vivos e reunidos na memória documentada aparecem no processo de abasileiramento conferido à autora do livro autoridade representativa e alteada na dignidade invejável.

Município “Luís Alves” cantão norte da microrregião Blumenau mais salgada dos ventos atlânticos, agora tem livro mais que monográfico, escrito para ser lido por grande público. E que se entende seja sem ser verso do poema civilizatório envolvendo nativos e imigrados (**De Mãos Dadas**) na valada do rio Luís Alves.

2. Versão da Rua Quinze de Novembro

Alguém? – Quando? – Onde? – Quem foi? – Quem um dia disse que a “Rua XV de Novembro”. *Em Blumenau como em tantas cidades brasileiras aparecidas na recomendação da maçonaria republicana.* – Dizem: antes de ser “Rua XV” no abano da orelha ou tom humorístico foi “Rua da Lingüiça”. Sabe-se que o folclórico não tem autor. *E neste raciocínio dizer que a linha geométrica da dita é do jeito de lingüiça: a explicação não satisfaz.* – Toda lingüiça tem jeito de curva fechada e mais própria das pontas serem amarradas. Se o apelido foi utilizado o significado atendia referenciamento às espertezas praticadas no comerciamento e outros comportamentos sugerentes do fazimento da receita de lingüiça. O Dicionário Caldas Aulete (2ª. Ed. Brasileira) sobre **Lingüiça** tem verbete que não é pequeno, e, exatamente, pela poli-significação da palavra popularíssima. Trago para argumentar que espaço habitado do lugar “**Encano**” (município Indaial - SC) ouviu-se “**Tacho-da-Lingüiça**” rotular moradores. E não porque cada um fabricasse lingüiça. E sim porque entre eles, mais que dedos de uma mão, existiam habilidosos negociastas.

A “Rua XV” não passa de ser linha paralela à calha do rio: por isso Zé-povo proclamou-a “Beira rio”; a elite governante legalizou-a sendo homenagem à memória do “Presidente Castelo Branco”. A regência da rua pela calha do rio decorre da divisão da área territorial em lotes. Todos no sistema aprovado pela legislação imperial tiveram as testadas em curso d’água. Foi prática usada na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte. Ainda hoje é bem visível a aplicação do sistema na cidade “**Ilhota - SC**”, também na chamada “Benedito Novo”; Emil Odebrecht dividiu a área territorial da “Colonizadora Hanseática” pelos abeiramentos das águas principais e secundárias do rio “Hercílio”; o eng. Júlio Grote dividiu a área da Colônia Luís Alves como se copiasse o feito pelo agrimensor que demarcou o loteamento das margens do ribeirão “Encano” (Indaial - SC); o ribeirão “Velha” marca os lotes encravados na urbanização das ruas “Jorge Lacerda” e “Caçadores” (Blumenau - SC).

A “Rua Quinze”(que é referência à proclamação da república não preocupa nem abre interesse) não é linha sinuosa, pois fica na direção paralela (não tão rígida) da Avenida Castelo Branco. E esta última é direcionada pela margem do Itajaí Açu. Nesta arrumação de raciocínio não tem formato de lingüiça. Quanto o ter significado do recheio receitado para identificar

lingüiça produto de “lingüiceiro” por comportamento; ser espaço público de “Sabidos” e “Sabidinhos”... – A história é diferente.

3. O Frade Estanislau Schaette, O.F.M.

Transitam tantos pela “Rua Frei Estanislau Schaette”, que, das vias de trânsito intenso na Blumenau de hoje, ela seja uma das mais. Se sobre a vida do frade a geração blumenauense transitante está informada? Poderá ser assunto para conversa quando a oportunidade for própria.

Apostolar e ensinar foram fazeres e quefazeres de Frei Estanislau Schaette: alemão de Elberfeld nascido a 16 de novembro de 1872 e falecido em Petrópolis - RJ, a 12 de julho de 1960. Quando chegou para o lugar Rodeio em 1907 vivia todas as energias dos 35 anos. Não se conheceu que guardasse queixa por que o tiraram de Petrópolis - RJ, para os abeiramentos do ribeirão São Pedro onde locado funcionava o Convento Franciscano: algo que abre pergunta indagativa porque por ali viviam italianos e tirolezes e o frade ser alemão da gema. Também este assunto cabe em outra história. Corria o ano de 1911 quando o frade Estanislau foi lotado no espaço físico do Colégio Franciscano Santo Antônio (sede municipal). – Se já fizera amizades com os rodeienses, amizades de amigos conquistados até 1932, deu numeração que não definiu para não magoar os não incluídos. Contando os anos catarinas convividos deu acervo de 38 anos. Tomando a sua vida inteira de 88 anos, se tem que os 50 anos restantes gastou-os na sua Alemanha e no Convento Franciscano instalado em Petrópolis – RJ.

A memorialista *Alice Bertoli Arns*, *Crônica à margem do Rio Oeste*, diz que a presença deste frade marcou-o na inesquecibilidade comunitária regional. O telurismo das blumenauensidades fê-lo um catarinense por opção. Neste livro de Alice (antologia dos municípios da Microrregião de Rio do Sul) existe fotografia expressiva da dignidade pessoal alcançada pelo frade Estanislau Schaette. Presidiu a mesa ofertadora da homenagem líderes destacados nas pessoas seguintes: doutor Oscar Leitão, juiz de Direito da Comarca de Blumenau; o jornalista e ex-prefeito de Blumenau, Germano Beduschi; Victor Buhr, destacado na política de Rio do Sul - SC, e o advogado doutor Arão Rebelo, inspetor federal de ensino junto ao Colégio Franciscano Santo Antônio (Blumenau - SC).

- **A “Novembrada”**
- **Presença de Cascudo**

Texto:

**ENÉAS
ATHANÁZIO***

A “NOVEMBRADA”

A história de um País é pontilhada de acontecimentos menores na aparência mas que, às vezes, trazem à tona situações da maior gravidade, denunciando realidades que não se mostram à primeira vista. Exemplo bem marcante disso foi uma revolta popular que ocorreu em Florianópolis, em 1979, e que ficou conhecida como a “novembrada”, deixando bem claro o esgotamento do regime de 1964 e a impaciência do povo com o sistema dominante.

Foram esses acontecimentos, em seus mínimos detalhes, que o jornalista Luís Felipe Miguel relatou no pequeno livro “Revolta em Florianópolis – A Novembrada de 1979”, publicado pela Editora Insular (1995). Sem preocupações literárias, o autor pesquisou os fatos em profundidade e realizou um relato coerente de tudo que aconteceu no dia 30 de novembro de 1979, em nossa Capital, preenchendo uma lacuna até então existente na história recente do Estado. Sobre esses fatos, aliás, parece existir um pacto de silêncio, agora quebrado pelo jornalista.

Naquele dia, fixado de forma indelével na memória dos ilhéus, Florianópolis recebia a visita oficial do presidente João Figueiredo, o último do ciclo de 1964. Com a imprensa censurada, o Governo do Estado se esmerou na propaganda da visita e no esquema de segurança. Queria se mostrar simpático e hospitaleiro, não permitindo que aflorassem descontentamentos, embora o Estado andasse abandonado pelo Governo Federal. Mas o povo é imprevisível.

* Escritor e advogado.

Aglomerada na Praça XV, em frente ao Palácio do Governo, ainda funcionando no “Cruz e Sousa”, a multidão começou a xingar o visitante, não perdoando nem mesmo sua genitora. Temperamental, Figueiredo foi à sacada, de onde fez um gesto interpretado obsceno, e desceu até a calçada para discutir com os manifestantes. Mais tarde, cercado pela “entourage”, caminhou até o célebre “Ponto Chic”, onde tomou um cafezinho e recebeu diploma de “senador”, isto é, amigo do “Senadinho.” O gesto demagógico pareceu irritar ainda mais a multidão. Quando o presidente e a luzidia comitiva quiseram sair, as portas do velho Café estavam tomadas pelo povo que gritava e xingava diante de uma polícia impotente. Começa, então, a pancadaria, que o autor assim resumiu:

“A pancadaria entre populares e a comitiva presidencial se generalizou. Um oficial do Exército levou um tapa e perdeu o quepe; o chefe do Gabinete Militar foi jogado em cima de televisores que estavam expostos nas Lojas Arapuã, em frente ao bar Ponto Chic. O ministro César Cals escorregou numa das floreiras do calçadão e caiu no chão. Ele foi cutucado por um dos cabos de vassoura que sustentavam os cartazes do DCE e que, neste momento, já estava em mãos de populares. Reza a lenda que o autor da proeza foi um taxista -- mas é impossível comprová-lo. O presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, feriu a mão durante a briga. E o próprio Figueiredo não escapou e recebeu um empurrão...”(págs. 40 e 41).

Como se vê, uma guerra campal.

A visita foi abreviada e logo em seguida começou a repressão, com seus IPMS, prisões, delações, perseguições etc. Além da reconstituição dos fatos, o autor examina a conjuntura histórica, as possíveis causas da revolta e a decadência de um sistema exaurido que teimava em se manter no poder à revelia do povo, e até contra ele, sustentado pelo apoio de conhecidos e incondicionais “correligionários” de todo e qualquer governo.

PRESENÇA DE CASCUDO

Nascido a 30 de dezembro de 1898, na cidade de Natal (RN), Luís da Câmara Cascudo foi considerado o maior folclorista brasileiro de todos os tempos e um dos maiores do mundo. Nasceu, viveu e morreu, em 1986, na cidade natal, recusando-se a abandoná-la, mesmo quando lhe diziam que a permanência nela prejudicaria sua obra e lhe ofereciam posições vantajosas no eixo Rio-São Paulo. Considerava-se um “provinciano incurável”,

como o definiu Afrânio Peixoto, e lá permaneceu, mostrando que isso em nada prejudicaria sua obra. Por outro lado, sua presença incentivou a vida cultural na região, como também aconteceu com Gilberto Freyre, no Recife, e Érico Veríssimo, em Porto Alegre, outros incuráveis provincianos.

Todo o ano de 1998 foi dedicado às comemorações do centenário de nascimento de Cascudo, embora nem tantas como ele mereceria. Homenagens, solenidades, a publicação de suplementos, ensaios, artigos e livros aconteceram durante o ano, procurando mostrar a importância da obra do mestre de Natal, através da qual aprendemos a nos conhecer melhor como povo, olhando-se para nós mesmos, interpretando nossos gestos e reações. Procurando entender, enfim, o que é o Brasil e quem somos nós que o habitamos. E assim, talvez, cometendo menos erros e evitando as cabeçadas que tantos nos infelicitaram depois.

Dentre os livros publicados, destaca-se “A Presença de Câmara Cascudo em Goiás”, organizado por Gilberto Araújo, e que acaba de chegar às minhas mãos, oferecido por ele. Trata-se de uma curiosa coletânea de textos sobre Cascudo, em prosa e verso, assinalando sua presença na terra goiana, como, aliás, deveria ser feito em todos os Estados, uma vez que as lições de Cascudo estão subjacentes na cultura de todos eles.

O livro reúne depoimentos analisando a personalidade do homenageado, a importância e a vastidão de sua obra, seu talento como “causeur” e seu humor, as evocações da convivência com ele, visitas ao seu célebre casarão da Avenida Junqueira Aires e outros tantos aspectos da vida e da obra desse brasileiro que não se contentava em conhecer o Brasil na superfície. O livro contém, ainda, poemas e um ABC em sua homenagem, cartas e textos de sua autoria, extratos da obra, algumas fotos e uma bibliografia completa de suas obras, composta de 145 livros publicados e 11 inéditos, totalizando 156 livros, num conjunto tão vasto e abrangente para cuja confecção uma vida toda, ainda que longa, se torna pequena. Embora uma personalidade assim, tão produtiva e versátil, seja impossível de abarcar num só livro, este faz justiça a Cascudo e fornece uma idéia precisa de suas realizações no campo intelectual.

Conheci Cascudo em 1983, em Natal, numa visita que lhe fiz. Já adoentado, ele me recebeu com alegria, e muito conversamos. Conheci sua célebre biblioteca e as incontáveis dignidades culturais que recebeu, no Brasil e no mundo. Ao me despedir dele, trouxe comigo a convicção de que tinha vivido um dos grandes momentos de minha vida.

Desejando receber números antigos, tomos completos, ou fazer nova assinatura / renovação, procure-nos. Abaixo informamos nossos preços:

-) Assinatura nova: R\$ 50,00 (anual=11 números)
-) Renovação assinatura: R\$ 40,00 (anual=11 números)
-) Tomos anteriores (Encadernados com capa dura): R\$ 60,00
-) Exemplares avulsos: R\$ 5,00 (Cada exemplar/número antigo)

Sim, desejo assinar a revista "Blumenau em Cadernos para o ano de 1999 (Tomo 40). Anexo a este cupom a quantia de R\$,00 (..... reais) conforme opção de pagamento abaixo:

Forma de pagamento:

Vale Postal (Favor anexar fotocópia do comprovante para melhor identificação)

Cheque

Banco:

Número:

Valor: R\$

Dados do assinante:

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Caixa Postal: _____

CEP: _____ - _____ Fone p/ contato: _____

Cidade: _____ Estado: _____

.....
Assinatura

Arquivo Histórico "José Ferreira da Silva"

Caixa Postal: 425 - Fone: (047) 326-6990

Cep.: 89015-010 - Blumenau (SC)

Apoio Cultural:

Aiga Barreto Mueller Hering

Benjamim Margarida (*in memoriam*)

Genésio Deschamps

Mark Deeke

Victória Sievert

Willy Sievert (*in memoriam*)

Buschle & Lepper S/A

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A

Eletro Aço Altona S/A

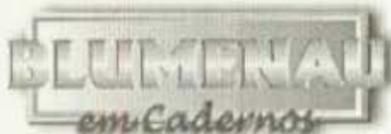
Hering Têxtil S/A

Herwig Schimizu Arquitetos Associados

Madeiraira Odebrecht

Transformadores Mega Ltda.

Unimed Blumenau



TOMO XL
Maio de 1999 - Nº 05

Com 2 1/2
Schulgemeinde abgehalten am 22. Dezember 1895

Mädchen Namen	Eintritt	Austritt	Fehltag	Lesen	Schreiben	Rechnen
<i>I Klasse</i>						
1. Ida Block			0	ständig	hoffen	hoffen
2. Maria Theis		23. 12. 95.	27	hoffen	ständig	ständig
3. Anna Theis		23. 12. 95.	52	ständig	"	"
4. Alida Reinhold			63	ständig	hoffen	hoffen
<i>II Klasse</i>						
5. Selma Köhler			24	hoffen	hoffen	hoffen
6. Thekla Rechenberg			9	"	"	"
7. Bertha Storr			36	ständig	hoffen	hoffen
8. Bertha Gutz			31	hoffen	hoffen	hoffen
9. Emma Feich	29. 6. 95.	29. 6. 95.	29			
10. Selma Selbmann						
11. Katharina Schaff	25. 1. 95.	1. 2. 95.	1			
12. Maria Milbratz	7. 2. 95.	1. 3. 95.	1			
13. Mathilde Mohr	14. 3. 95.	1. 4. 95.	1			
14. Anna Fröhlig						
<i>III Klasse</i>						
15. Familie Feigt						
16. Familie Milbratz						

